



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE BIOLOGIA

**CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE E
INCLUSÃO**

SÔNIA MENDES FERREIRA LOPES

TUTORIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Dissertação de Mestrado submetida à Universidade Federal Fluminense
visando a obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão

Orientadora: Prof^a Dr^a Edicléa Mascarenhas Fernandes



Niterói

2016

SÔNIA MENDES FERREIRA LOPES

TUTORIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Trabalho desenvolvido no Instituto de Biologia, Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense.

Dissertação de Mestrado submetida à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial, visando a obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão

Orientadora: Prof^a Dr^a Edicléa Mascarenhas Fernandes

FICHA CATALOGRÀFICA

SÔNIA MENDES FERREIRA LOPES

TUTORIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Dissertação final submetida a Universidade Federal Fluminense como requisito parcial, visando a obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão.

Banca Examinadora:

Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes- Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/UFF e Núcleo de Educação Especial e Inclusiva/UERJ (Orientador e Presidente)

Dra. Cristina Maria de Carvalho Delou - Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/ UFF

Dra. Dagmar de Mello e Silva - Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/ UFF

Dra. Dagmar de Mello e Silva - Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/ UFF

Dra. Maria Ângela Monteiro Correa - Programa da Pós-graduação em Educação / UNI-RIO

Dra. Neuza Rejane Wille Lima - Faculdade de Educação da UFF - Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/ UFF

**Dedico a todos que sonham e lutam pelo reconhecimento do potencial do
ser humano**

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus pelo dom da vida, pela salvação, força, sabedoria para trilhar a luz do meu caminho, por ser Ele a minha inspiração de amor e de confiança no potencial de qualquer ser humano.

À minha mãe Edila Mendes, pelo amor incondicional; meus irmãos Janinho, minha primeira inspiração, e Jonas, meu amigo; Aurélio, João Pedro e Sophia, pela paciência e amor.

À coordenação, mestres e colegas do Mestrado Profissionalizante em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense.

À minha orientadora, Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes, pela orientação, amizade, incentivo, braço firme, pelo compartilhar produzindo ciência e vivendo na prática com as pessoas o que preconiza.

À Débora Coelho e equipe do Grupo de pesquisas do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ao Prof. Carlos Lidízia e ao grupo de pesquisas Turismo e Hospitalidade Inclusiva da FTH, da Universidade Federal Fluminense.

À equipe dos funcionários, responsáveis e alunos do Centro de Apoio à Educação Profissional Favo de Mel/ Faetec, pelo trabalho de qualidade que desempenham com inovação, comprometimento, determinação e amor.

À direção e equipe da Escola de Hotelaria da Rede Faetec. Aos instrutores Fernando, Allan, Alex e Jane.

Agradeço à minha amiga e diretora Adriana Bessa, ao grupo de profissionais, alunos e famílias da Fundec Inclusão, pela confiança e parceria.

À equipe de gestão da Favo: Janete Nascimento, Patricia Monteiro, Veronica Cruz, Ana Paula Pacheco, Carlos Lobo e Josimar Ribeiro, que estiveram sempre presentes me sustentando, para que pudesse chegar até aqui.

Aos revisores Geraldo e Eliane Caputo, Luis Claudio, Roseane e André Mota pelas filmagens e Felipe Oliver pela interpretação em Libras

Aos sujeitos envolvidos na pesquisa – minha inspiração. A cada filmagem, a cada resultado me faziam acreditar ainda mais...

Aos meus amigos mais chegados que irmãos, por não terem desistido de mim.
Obrigada por cada intercessão.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	vii
Sumário	ix
Lista de ilustrações	xii
Lista de gráficos e tabelas	xiii
Resumo	xiv
Abstract	xv
1. Introdução.....	16
1.1. Minha trajetória profissional	16
1.2. “Nada sobre nós, sem nós” e sem os nossos: o conceito da pessoa com deficiência intelectual ao longo da história	22
1.3. A mediação e a aprendizagem	31
1.4. As funcionalidades das pessoas com deficiência intelectual.....	37
1.4.1. A escala de intensidade de suportes	41
1.5. Autogerenciamento do adulto com deficiência intelectual	45
1.6. As tecnologias digitais e os tutoriais como apoio na aprendizagem.....	49
2. Objetivos.....	54
2.1. Objetivo geral	54
2.2. Objetivos específicos.....	55
3. Material e métodos	55
3.1. Metodologia	55
3.1.1. Tipo de pesquisa	55
3.1.2. Etapas da metodologia	58
3.1.3. Desenvolvimento da pesquisa: contexto e sujeitos.....	59
3.2. Desenvolvimento	62
3.2.1. Aplicação da escala de intensidade de suportes	62
3.2.2. Matrizes progressivas coloridas do Teste Raven.....	62
4. Resultados e Discussão	64
5. Considerações finais	78
5.1. Conclusões.....	78

5.2. Perspectivas	82
6. Referências bibliográficas	84
6.1. Obras citadas	84
6.2. Obras consultadas.....	92
7. Apêndices e Anexos	96
7.1. Apêndices.....	96
7.2. Anexo	107

LISTA DE ABREVIATURAS

AAIDD	Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
AAMR	Associação Americana de Retardo Mental
CAEP Favo de Mel	Centro de Apoio especializado à Educação Profissional Favo de Mel
CIF	Código Internacional de Funcionalidades
DI	Deficiência Intelectual
Escala SIS	Escala de Intensidade de Suportes
Faetec	Fundação de Apoio à Educação Técnica
Faperj	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FTH	Faculdade de Turismo e Hotelaria
Fundec	Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias
UFF	Universidade Federal Fluminense
TDIC	Tecnologias digitais de informação e comunicação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Censo demográfico: Brasil, 2010

Figura 2 - Matriz da aprendizagem humana

Figura 3 - Modelo Funcional das Funcionalidades Humanas

Figura 4 - Capa do Teste Raven

Figura 5 - aula experimental de Barman realizada na Unidade

Figura 6 - Vivência laboral na Escola de Hotelaria

Figura 7 - Sensibilização para profissionais na Unidade 2

Figura 8 - Pré teste sujeito M1

Figura 9 - Tutorial 1 : Aula de auxiliar de cozinha: Confeção de quiche de queijo

Figura 10 - Tutorial da aula de cumim : auxiliar de garçom

Figura 11 - Pré-teste do sujeito 1

Figura 12 - Pré-teste do sujeito 2

Figura 13 - Pré-teste do sujeito 3

Figura 14 - Aula de cumim: arrumação da mesa S1

Figura 15 - Reaplicação do tutorial: quiche de queijo - sujeito 2

Figura 16 - Confeção do quiche de queijo:sujeito 2 e 3

Figura 17 - apresentação do cd-room

Figura 18 - Palestra na Semana Acadêmica da Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF (2014)

Figura 19 - Matriz da aprendizagem humana na perspectiva das funcionalidades

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Resultados dos Testes Raven

Tabela 1 - Resultados da aplicação do Teste Raven

RESUMO

O estudo apresenta o paradigma da inclusão de pessoas com deficiência intelectual, partindo dos pressupostos do autogerenciamento e da ótica da funcionalidade humana e tendo como perspectiva a construção de tutoriais na web feitos por estas pessoas. A metodologia aplicada foi uma pesquisa qualitativa. A pesquisa usa como conceito de deficiência intelectual um processo em evolução histórica e social do ser humano. Foi utilizada a base teórica dos estudos voltados ao potencial e a rede de suportes que aborda o foco na funcionalidade em detrimento dos níveis de deficiência favorecendo a construção de planos individuais de transição. Esse estudo traz a elaboração de tutoriais onde os indivíduos terão acesso à aprendizagem online de situações da vida adulta, ligados à área da educação profissional. Como resultados foram elaborados tutoriais de pessoas com deficiência intelectual com conteúdos das aulas dos cursos de Auxiliar de Cozinha e Cumim (auxiliar de garçom)

Palavras-chaves: inclusão; educação profissional; deficiência intelectual e tutoriais na web

ABSTRACT

The study aims to present the paradigm of inclusion of people with intellectual disabilities by employing the premises of self-management and the perspective of human functioning, in an attempt to build web tutorials made by these people. The methodology was a qualitative research. The research uses the concept of intellectual disability as a process in historical and social evolution of the human being. The theoretical basis of the studies regarding potential and the network of supports that addresses the focus on functionality at the expense of levels of disability favoring the construction of individual transition plans will be used. The preparation of tutorials where individuals have access to online learning adult situations, connected area of professional education. The results were prepared tutorials for people with intellectual disabilities with content classes of Kitchen Assistant courses and Cumim (waiter assistant)

Keywords: inclusion; professional education; intellectual disabilities and tutorials
in web

1. INTRODUÇÃO

1.1. MINHA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Sou a segunda filha de três de um casal que, em sua primeira gestação, tem um filho com Síndrome de Down, em 1964.

Escolhi trilhar o caminho da Educação e ingressei no Curso de formação de professores e, em 1989, no Curso de licenciatura, graduação e formação em Psicologia na Faculdade de Humanidades Pedro II.

Meu interesse pela Diversidade e Inclusão iniciou-se no ano de 1992, quando começo um estágio de Psicologia Clínica em uma instituição particular, para atuar em um Programa de Desenvolvimento para crianças com dificuldades na aprendizagem. A partir da minha atuação, comecei a interagir com grupos de crianças com autismo. Logo, fui ampliando ao trabalhar com diferentes grupos com quadro de autismo, altas habilidades, deficiência intelectual e suas famílias. Em seguida, sou encaminhada a estudar as contribuições da psicopedagogia e acompanhar o desenvolvimento dos clientes através de visitas mensais que fazia às escolas onde estavam inseridos, com o propósito de acompanhar seu desenvolvimento e propor estratégias de adequações curriculares e atividades psicopedagógicas para a melhoria do processo ensino–aprendizagem dos indivíduos.

Minhas experiências vão se consolidando na Educação Especial em 1998, quando inicio o curso de pós-graduação *latu-sensu* em Educação Especial na Universidade Federal Fluminense e, em 1999, sou aprovada no concurso para professora de Educação Especial na Metropolitana IV do Estado do Rio de Janeiro, para atuar em classe especial onde existiam alunos com Deficiência intelectual.

Em 2002, sou classificada em novo concurso e começo a trabalhar na Escola Especial Favo de Mel, unidade pertencente à Fundação de Apoio à Escola Técnica – Faetec, tendo a oportunidade de ampliar o meu campo de “atu-ação” e “investig-ação” com a população de pessoas com deficiência intelectual. Participei, então, de várias palestras e treinamentos voltados para a área. Fiz parte da equipe do Serviço de Orientação Educacional por cinco

anos e fui responsável pela implantação do Núcleo de Estudos e Pesquisas da unidade, desenvolvendo, a partir da minha prática, a possibilidade do professor se considerar um pesquisador de suas ações, favorecendo que o material produzido pudesse contribuir e difundir cientificamente as vivências de sala de aula.

A partir de 2010 tive a oportunidade de participar de programas de TV aberta e vinculados na Internet, falando sobre Inclusão¹. Logo após, tive alguns trabalhos publicados, a saber: “*Práticas Psicopedagógicas: Preparando-se para a Inclusão*”, publicado na Revista do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, em 2011; “*Inclusão laboral: perspectivas de aplicação de pdpi para aluna com deficiência intelectual e surdez*”, e Núcleo de Estudos e Pesquisas: ressignificação de uma escola especial, no VII Encontro da Associação Brasileira de pesquisadores em Educação Especial, em 2011, na Universidade de Londrina, no Paraná, dentre outros, até a presente data. Além disso, posso citar palestras, workshops e cursos desenvolvidos em várias cidades do país e o meu ingresso para lecionar em cursos de pós-graduação em Psicopedagogia, em algumas faculdades e Universidades privadas.

Em 2013, atuei como integrante do projeto de pesquisa “*Laboratório de comunicação e aprendizagens: criação de redes para utilização de recursos tecnológicos voltados para a inclusão*”, na Fundação de Apoio à Escola Técnica (Edital FAPERJ N° 18/2013), que visa a construção de um *laboratório para ampliação das possibilidades das pessoas com deficiência usufruírem de equipamentos e tecnologias para acessibilidade*, modernizando o Laboratório de Informática da unidade escolar, contando com novas tecnologias educacionais e um ambiente virtual de aprendizagem .

Em 2013, na condição de uma das coordenadoras do livro: “*Uma escola muito especial*”, com fomento da Faperj, pude relacionar depoimentos e desenhos dos alunos para que pudessem expressar o que a Escola

¹https://www.youtube.com/watch?v=Ye3FZ-f_tdl acessado em 07/05/2016

<https://www.youtube.com/watch?v=eaynqVKj6PE> acessado em 07/05/2016

https://www.youtube.com/watch?v=32kkNHmW_cM acessado em 07/05/2016

representava para cada um. Então, algumas indagações começaram a ser aquecidas: os profissionais falavam de suas propostas educacionais, seus anseios, suas perspectivas; porém, onde estavam os protagonistas dos investimentos nas pesquisas científicas? O que pensavam a respeito? Será que poderiam contribuir sendo autores e mediadores atuantes no processo ensino-aprendizagem de outros indivíduos com deficiência intelectual?

Minha proposta de investigação e interesse pelo tema surge do olhar atento que tenho sobre o ser humano, seu potencial e possibilidades de superação dos seus obstáculos ou limites internalizados. Logo, algumas questões fundamentaram a atual pesquisa: Quais são os desafios ao abordamos a pessoa com deficiência intelectual, sendo um mediador, para outros indivíduos, usando o recurso da tecnologia educacional através da construção de tutoriais?

Um conjunto de fatores reflete que a inclusão das pessoas com deficiência intelectual e a realidade educacional no século XXI vem desafiando os pesquisadores da área a um corte epistemológico e uma ressignificação frequente de ações práticas e inovadoras que visem a promoção da autonomia e independência destes indivíduos na Sociedade.

Com isso, a atenção e o cumprimento das políticas públicas voltadas para a inclusão representam a base dos estudos e de novas propostas educacionais. Em acordo com conferências e declarações voltadas para a temática de uma educação inclusiva como: “*Conferência mundial sobre a educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*”, em 1990, em Jomtien, na Tailândia; Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008); Decreto n °6949, da Convenção Internacional de Direitos das pessoas com deficiência e a Lei 13.146 de 6 de julho de 2015

Em atendimento à legislação vigente, é de responsabilidade do educador a promoção da educação pública do encaminhamento de ações que visem a implementação desses princípios norteadores nas unidades de trabalho. Portanto, se torna relevante o procedimento da pesquisa científica construindo uma possibilidade de caminho a ser percorrido, onde se dará a voz

de ensinante a outros indivíduos–pares à própria pessoa com deficiência intelectual, sendo o pesquisador mais um agente neste processo.

Sendo assim, perguntas surgem nesta dinâmica de pesquisa: Como seria um processo de construção de tutoriais no qual os indivíduos envolvidos sejam pessoas com deficiência intelectual? Qual a contribuição de instrumentos de avaliação psicológica ligados à avaliação das funcionalidades que poderão favorecer a identificação de adultos com deficiência intelectual? Existem produções semelhantes em tutoriais que revelem a funcionalidade dos indivíduos com deficiência intelectual, nos quais eles sejam os mediadores de aprendizagem?

Embora existam vídeos na web, conforme citado na lista de referências, que mostrem as pessoas com deficiência intelectual evidenciando suas potencialidades, desejos e experiências ligadas a áreas de lazer, trabalho, sexualidade, identidade e outros, quais apresentam a realidade de aprendizagem de atividades laborais entre pares que são pessoas com DI?

Segundo Santos e Santos (2012), existem transformações relevantes que estão ocorrendo em aspectos significativos voltados ao processo educacional, com a utilização das tecnologias em rede nas cidades e no ciberespaço abordando as temáticas relevantes, tais como a interatividade, a autoria e a colaboração. E como este fenômeno está sendo trabalhado entre os indivíduos em questão?

Com essa perspectiva de investigação como lócus da pesquisa, apresentamos o Centro de Apoio à Educação Profissional - CAEP Favo de Mel, uma unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – Faetec no município do Rio de Janeiro e na Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais no Município de Duque de Caxias – Fundec Inclusão e Trabalho. A Favo vem apresentando a missão de oferecer educação e formação profissional de qualidade às pessoas com deficiência intelectual por meio de práticas inovadoras, com vistas à sua independência, autonomia e inclusão, e contempla a visão de ser um Centro de referência no Estado do Rio de Janeiro na produção de pesquisas científicas voltadas à temática. Atualmente possui 208 alunos com deficiência intelectual

matriculados. O grupo de alunos dessa unidade compreende pessoas com Síndrome de Down, Síndrome de Prader-Willi, Síndrome de Williams e outros.

Os sujeitos pertencem ao núcleo de formação inicial e continuada que estão vinculados ao Programa de Autogerenciamento da Instituição. Estão matriculados em dois dos cinco cursos oferecidos: Auxiliar de Cozinha, Auxiliar de Serviços Gerais/ Jardinagem, Auxiliar de Garçom, Contínuo e Auxiliar de Adrecistas, que, após a formação profissional, são encaminhados ao programa de autogerenciamento e autodefensoria na unidade.

O segundo lócus da pesquisa é a Fundec Inclusão e Trabalho. A unidade é subordinada a Secretaria de Ações Institucionais e Comunicação da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro. Situada no bairro de 25 de agosto do mesmo município.

Inaugurada em 2010, atende gratuitamente alunos com idade a partir de cinco anos e oferece qualificação profissional através dos cursos de formação inicial e continuada (informática essencial e auxiliar de cozinha), atividades físicas e sociais. São realizados cerca de 600 atendimentos por mês e possui 370 alunos com deficiência física, intelectual, visual, auditiva e autismo.²

Na perspectiva de aprofundamento do estudo, foi feita uma revisão literária em teóricos da área, a saber: Carvalho (2005), Fernandes e Glat (2005), Mendes (2006) e Mitler (2008). Constatou-se que os estudos da funcionalidade das pessoas com deficiência intelectual em sua essência perpassam pela contribuição de Vigotsky (1998), revelando que cada sujeito amadurece e apreende integrado a outros sujeitos, favorecendo vínculos efetivos com o outro, criando o conceito da zona de desenvolvimento real e proximal.

Reforçando a contribuição Vigotskiana, Fernandes e Orrico (2012) citam que ele enfatizou o meio social como primordial para o desenvolvimento da pessoa, enfatizando a educação e o trabalho como mecanismos de superação da deficiência.

Como proposta metodológica, o presente estudo faz parte da aplicação da Escala SIS por todo o país, no âmbito da pesquisa desenvolvida pela Prof^a

² Fonte: <http://www.fundec.rj.gov.br/portal> acessado em 29/06/2016.

Dra. Maria Amélia Almeida, docente do Programa do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, intitulada: *“Adaptação e Validação da Escala de Intensidade de Suporte – SIS para o Brasil; em colaboração com Universidade do Minho e pesquisadores colaboradores em vários estados brasileiros, sendo o Rio de Janeiro sob responsabilidade da Profª Dra Edicléa Mascarenhas Fernandes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Uma contribuição para a avaliação funcional de jovens e adultos com deficiência intelectual.”* Utilizar-se-á a aplicação do Teste Raven-Escala Geral, com o propósito de ratificar a condição intelectual dos sujeitos da pesquisa.

A partir desta prática, os indivíduos construíram tutoriais (vídeo-aulas) e elas foram apresentadas a outras pessoas com deficiência intelectual de uma outra instituição. Estabelecer-se-á assim: um primeiro grupo protótipo de confecção; um segundo grupo para a aplicação dos vídeos e o registro das mesmas; um terceiro momento de revisão da aplicação, levantamento dos dados; finalizaremos com o produto final a ser apresentado à sociedade. Vídeo-aulas que serão disponibilizadas. Um dado significativo e de contribuição será o modelo em aplicação a seus próprios pares, pois evidencia-se o desafio da construção de novos paradigmas educacionais e sistêmicos de transição para a vida adulta em instituições que atuam com as pessoas com deficiência intelectual.

De tal modo, o estudo visa levantar: quais são os desafios quando abordamos a pessoa com deficiência intelectual, sendo um educador, para outros indivíduos usando o recurso da tecnologia educacional através da construção de tutoriais? Quais as peculiaridades do processo de ressignificação no olhar da própria pessoa com deficiência em proporcionar uma ação educativa e inclusiva para outras pessoas com deficiência intelectual no Estado do Rio de Janeiro? Quais as possíveis mudanças na representação social destes indivíduos e da sociedade ao contemplar tutoriais voltados à aprendizagem de conteúdos dos cursos de formação inicial e continuada?

1.2. “NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS” E SEM OS NOSSOS: O CONCEITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL AO LONGO DA HISTÓRIA

“Sob o olhar do outro estamos dispostos à ideia de que o reconhecimento é baseado na diferença e semelhança. Lembrando sempre que o que nos assemelha é a DIFERENÇA”
(ALMEIDA in AMARANTE,2008,pg.27)

Essa sentença vem marcando a história de vários povos, nações, personagens e personas. Cito como exemplo NUNES (2005), em sua obra: “Nada sobre nós sem nós: a centralidade da comunicação na obra de Boaventura de Sousa Santos”. A obra registra uma apresentação de vários personagens que dialogam e, de forma complexa e com qualidade, é avaliada como uma obra ímpar. É marcada por um diálogo entre Rosa Nunes e Boaventura Santos, interagindo com a visão de filósofos, poetas, em ensaios descritos.

Constata-se que a frase leva a uma proposta que tange a comunicação, a expressão, o diálogo que marca a existência e a possibilidade real de se construir Cultura.

Logo, na vida cotidiana, encontram-se fenômenos sociais que perpassam por uma série de fatores e influências. Alguns autores denominam este conceito como cultura, a saber:

“Um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas.”(BOEHS,2007, pg.307 in Da Matta R., 1986, pg. 123)

Esse pressuposto leva à compreensão que a Sociedade constrói uma cultura de como visualizar, tratar e o que esperar das pessoas com deficiência, abordando, dentro desta prerrogativa, os indivíduos sem déficit, os familiares daqueles que possuem alguma especificidade e os próprios protagonistas com

deficiência. Mesmo que velada, a cultura em relação aos indivíduos aparece nas suas diferentes expressões.

SASSAKI (2007), em seu artigo *“Nada sobre nós, sem nós”* apresenta um corte em alguns momentos sociais que evidenciam o movimento de cidadãos que representaram grupos segregados e apartados de direitos e de expressão.

Realizando uma análise sobre a sentença, exhibe a idéia de cada signo da frase e conclui o quanto *“Nada sobre nós, sem nós,”* significa: “Nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência”. Acrescenta, ainda:

“as pessoas com deficiência estão exigindo que tudo que se refira a nós, seja produzido com a nossa participação. Por melhores que sejam as intenções das pessoas sem deficiência, dos órgãos públicos, das empresas, das instituições sociais ou da sociedade em geral, não mais aceitamos receber resultados forjados à nossa revelia, mesmo que em nosso benefício” (SASSAKI, 2007,pg.8)

Numa investigação histórica, o que se constata é que as pessoas com deficiência foram exterminadas, eliminadas por diferentes formas e ritos. No mínimo, era negligenciada a possibilidade de participação na Sociedade, buscando em vários momentos o isolamento (AMARANTE, 2009,pg. 60).

No período pré-cristão o abandono, as perseguições e o extermínio de pessoas encontradas com deficiência, condutas consideradas atípicas, eram atitudes assumidas pelos grupos sociais da época quando se deparavam com esta realidade.

Porém, a força dos indivíduos e seus grupos pode ser evidenciada através do cerne da premissa do lema, como nos mostra SASSAKI (2007), ao apresentar, desde a década de 30, movimentos sociais em busca do exercício do direito e das reivindicações.

O autor narra experiências de 1930, quando um grupo de pessoas com deficiência física protestava, em Nova Iorque, por emprego e reconhecimento de suas potencialidades, mesmo possuindo a especificidade. Passa por movimentos de veteranos pós Segunda Guerra requerendo seus direitos à

acessibilidade arquitetônica, inspirando as primeiras normas de acessibilidade em edificações (1950-1960), e por movimentos de luta pela vida autônoma por pessoas tetraplégicas, denominados “tetra rolantes“, que orientam os movimentos de direitos das pessoas com deficiência nos Estados Unidos.

Ao tratar das pessoas com D.I., cabe o resgate do conceito do retardo mental e de suas implicações no imaginário de uma sociedade. Almeida (2004, pg.34) relata que a sociedade americana, nos últimos 50 anos, utiliza o termo “retardo mental” e que, em algumas regiões dos Estados Unidos, se referem à “incapacidade intelectual”.

DA SILVA (2010, pg.164), ao tratar da exacerbação do papel do especialista na educação brasileira, inicia fazendo uma explanação sobre o quanto a História da Educação Especial Brasileira é marcada pela fala, ação e empoderamento dos técnicos das primeiras instituições especializadas no país até o paradigma da Inclusão. Cabe o registro da relevância de cada profissional ao desempenhar a sua função com dedicação e diligência, porém, nos registros verifica-se a restrita participação do sujeito ao qual a Educação é pensada ou proposta.

Historicamente, as ações educativas eram dirigidas de um outro sem deficiência para uma pessoa com deficiência- “objeto de estudo” e suas especificidades. Numa perspectiva do que detém o saber para aquele “sem o saber”, pelo menos, de determinado conteúdo e em alguns momentos de si mesmo.

Fernandes e Orrico (2012) relembram que, na Idade Média, o sobrenaturalismo e a magia eram dogmas aceitos. Logo, existia uma luta entre o bem e o mal que gerava tanto sentimentos de repulsa à deficiência como seu enaltecimento. Recordam que muitas pessoas com deficiência foram consideradas bruxas e condenadas pela Inquisição a serem queimadas por se acreditar estarem possessos. Assim, que as famílias passassem a abandonar seus membros portadores de alguma diferença por medo de serem condenadas à Inquisição. Entre os séculos XVI e XIX, viviam isolados do resto da sociedade em asilos, conventos e albergues espalhados pelo país. Pois, até o século XVIII, a ciência não fazia distinção entre a deficiência intelectual e a doença mental.

No período colonial (século XVI) provavelmente existiam pessoas com deficiência que não eram percebidas ou contadas, pois realizavam atividades simples, como, por exemplo, trabalhos manuais e/ou na agricultura, onde a questão do letramento e da alfabetização não era evidenciada (JANUZZI, 2004). A partir do século XIX foi desencadeado o início das abordagens educacionais voltadas às potencialidades destas pessoas. Pedagogos, educadores diversos, psicólogos começam a ter um envolvimento mais aprofundado, criando propostas pedagógicas que atendam às pessoas com algum tipo de deficiência.

A Educação Especial no Brasil possui alguns marcos significativos em sua história. Ressalta-se a Fundação, em 1854, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que em 1891 foi denominado Instituto Benjamin Constant e, em 1857, o Imperial Instituto dos Surdos–Mudos que, em 1957, passa a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos. Ao se tratar da Educação voltada ao público com deficiência intelectual, há o seguinte destaque:

“Em 1874 o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia, hoje denominado Hospital Juliano Moreira, iniciou a assistência aos deficientes mentais. Sobre o tipo de assistência prestada, há, no entanto, informações insuficientes para sua caracterização como educacional. Poderia tratar-se de assistência médica a crianças deficientes mentais e não propriamente atendimento médico-pedagógico (MAZZOTA,1996, pg. 30 in MASCARO,2016, pg.22).”

Por volta de 1950 começa a ser utilizado o termo Educação Especial. Logo, em 1954, é fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Em 1960 foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe), que tinha como finalidade promover, no país, treinamento, reabilitação e assistência educacional das pessoas com deficiência mental de qualquer idade ou sexo (MAZZOTTA, 1996).

Fernandes e Glat (2005,pg.37) apontam que, neste momento, o paradigma médico permeava as atuações com os sujeitos que apresentavam alguma diferença em seu desenvolvimento. As autoras apontam a importância da contribuição clínica, mas sinalizam que este foi o olhar que favoreceu a mudança para o paradigma educacional. À época, havia por parte dos

profissionais de educação a tentativa de construção de conhecimento, porém, com possíveis modelos de atuação e referenciais clínicos e/ou terapêuticos. Mesmo assim, há um aumento de estabelecimentos e instituições de ensino especial para pessoas com deficiência intelectual.

Por meados dos anos 80 as pessoas com deficiência começam a ser vistas e a se verem e se colocarem como pessoas no seu papel de “sujeitos de direitos”. Este representou o marco do Ano Internacional das pessoas com deficiência, que teve como tema: “Igualdade e Plena Participação”.

Assim, de um paradigma voltado para princípios da Normalização³, as ações mundiais acerca deste atendimento transitam para o paradigma educacional da Integração. Os alunos que possuíam o perfil da Educação Especial, com deficiências de diferentes ordens, eram inseridos na escola regular quando apresentavam “capacidade”, ora definida pelo rendimento escolar, ora pelo comportamento. Este modelo representou crescimento nas ações.

A Conferência Mundial sobre Educação para todos: *satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, de Jomtien, na Tailândia, realizada em março de 1990, promovida pelo Banco Mundial, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), teve a participação de representantes de 155 países e trouxe um norte para ações significativas para o cumprimento de Políticas Públicas voltadas ao paradigma da Inclusão, que pressupõe o envolvimento ampliado na Sociedade.

.... Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional;
(BRASIL,1990)

A partir desse momento, as leis, pareceres, resoluções que enfatizam as propostas educacionais e de atendimento vão sendo implantadas, beneficiando

³Filosofia que traçava que as pessoas com deficiência possuem o direito de se beneficiarem de condições de vida mais comuns possíveis na comunidade onde vivem, participando das mesmas atividades sociais, educacionais, e de lazer que os demais. (MASCARO,2016)

o público. Destaca-se a Lei 8.213/1991⁴, que dispõe sobre cotas para pessoas com deficiência nas empresas e sobre os Planos de Benefícios da Previdência.

Em julho de 1994, o documento construído na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Acessibilidade, promovida também pela UNESCO e pelo Governo da Espanha, realizada na cidade de Salamanca com representação de 88 governos e 25 organizações internacionais, aborda os princípios, políticas e práticas na área das pessoas com necessidades especiais. O compromisso com a Educação para todos registra o interesse político e econômico da questão.

Ao se tratar da Inclusão e da realidade educacional no século XXI, cabe verificar algumas leis que permeiam a História de exercício de direitos e deveres às pessoas com deficiência e Sociedade.

A resolução CNE/CNB Nº 2 (BRASIL,2001) pontuou, no artigo 2º, que:

“Os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. ”

Isso nos remete à análise deque as práticas educativas precisam vir como reflexo de um amadurecimento de todo um coletivo de agentes envolvidos. Em um momento de avanços onde as pessoas começam a, historicamente, falar de seus desejos, contempla-se uma proposta para um sistema sem a verificação de qual preparo existe para tal implementação.

A temática da acessibilidade ressalta-se Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 regulamentando a as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Art.8º Para os fins de acessibilidade, considera-se que:

II (...)

⁴<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127982/lei-de-beneficios-da-previdencia-social-lei-8213-91> acessado em 10/05/2016.

d) barreira nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

art.61. Para os fins deste Decreto, consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.

A Convenção Internacional das Nações Unidas de 2007 apresenta alguns princípios fundamentais e básicos para a compreensão do conceito da pessoa com deficiência e sua temporariedade. No item e, enfatiza:

que a deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.(DOS SANTOS, 2012,pg.4)

Portanto, passa a se pressupor que a questão em desenvolvimento de qualquer conceito que aborde fenômenos sociais e humanos, ocorrerá interligada a transformações nas relações entre os indivíduos, seus pares e os diferentes grupos sociais.

Outro aspecto significativo que o Documento nos indica quando continua aprofundando a inclusão no segundo item é que:

As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e efetivas medidas individualizadas de apoio sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena.

Entendem-se pertinentes os suportes construídos que viabilizem ações eficazes para a ampliação da atuação do sujeito na Sociedade, favorecendo que a mesma o perceba como autônomo e capaz.

No Brasil, em janeiro de 2008, se implanta a Política Nacional de Educação Especial, com sua revisão promovida pela Secretaria de Educação Especial, voltada para a perspectiva da Educação inclusiva. Este documento traz um corte relevante por considerar que o movimento mundial pela Inclusão representa uma ação global, envolvendo aspectos políticos, pedagógicos (educacionais), culturais e sociais.

A garantia pelo direito de expressão, ação e transformação, tendo as pessoas com deficiência enquanto protagonistas, atende diretamente a qualquer modificação social proposta na Política.

Logo, perpassará por uma proposta de democratização da Educação, na Escola e com os agentes de transformação na Escola, respeitando e valorizando a todos e a qualquer grupo social, instituições diversas na Sociedade.

“Democratizar o ensino é assegurar melhores níveis de aprendizagem a todos os alunos pela apropriação dos conteúdos e das habilidades cognitivas fundamentais para que possam instrumentalizar-se para enfrentar o mundo do trabalho, da cultura, da política.” (LIBÂNEO,2006, pg.13)

Vejamos os dados estatísticos registrados no Censo Demográfico do IBGE (2010), apesar das palavras do próprio Secretário, que diz: “houve aprimoramentos que permitiram captar com maior precisão as características desse público”. Sabemos que são os dados mais próximos da realidade, mas ainda há uma dificuldade de aferição de quem é o sujeito da pessoa com deficiência intelectual.

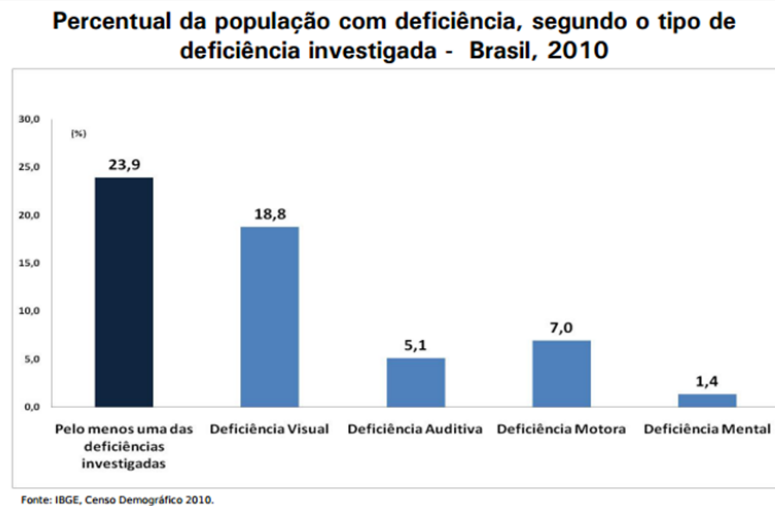


Figura 1 – Censo demográfico: Brasil, 2010

Fonte: <http://www.gbarbosa.com.br/institucional/instituto-gbarbosa/projetos/despertar-e-aprender/> acessado em 09/05/2016

Nesse contexto, ressalta-se o Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá providências em relação à efetivação do mesmo nos diferentes Distritos, Municípios e Estados do país, caracterizando a possibilidade de elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais que promovam a acessibilidade.

No que tange às pessoas com deficiência, fica perceptivo o quanto a disseminação do fenômeno da inclusão tem mudado a concepção histórico-cultural deste povo. DIAS (2013) fala que:

“A disseminação da ética inclusiva, a partir da escola, tem impregnado a sociedade e colaborado sobremaneira para a melhoria da qualidade de vida e do acesso à cidadania de pessoas com deficiências. Hoje, um número expressivo delas atua com maior autonomia em diferentes contextos sociais e de trabalho, conquistando posições de respeito e equidade.”

Quando Dias aborda a questão da Escola, realiza um corte significativo, reforçando o seu papel como um agente de transformação social, porém, a

História mostra que estes grupos vêm requerendo esta posição há muitos anos e, por vezes, tentando sair de uma condição de “invisíveis”, “não-contabilizados” e “não-reconhecidos”.

E ao pensar diferentes instâncias sociais, surge o Decreto nº 7612, de 17 de novembro de 2011, denominado Plano Nacional de Direitos das pessoas com deficiência (conhecido como Plano Viver sem Limites). No artigo 4º, ele apresenta a sua organização em quatro eixos de ações fundamentais: I- acesso à educação; II- atenção à saúde; III - inclusão social e, por último e extremamente importante, IV- acessibilidade e outros temas relevantes.

Destaca-se o artigo 3º, §III, afirmando a necessidade de ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional. Isto representa um reafirmar da Lei de Cotas para pessoas com deficiência (Lei 8.213, de 24 de julho de 1991); a evolução histórica mostra a relevância da ênfase na formação profissional deste indivíduo para uma adequada inclusão laboral e a Lei Brasileira de Inclusão nº13. 146 de 06 de junho de 2015 no Capítulo IV.

1.3. A MEDIAÇÃO E A APRENDIZAGEM

“O centro do processo de aprendizagem é o sujeito que aprende, um ser mentalmente ativo e construtor de suas estruturas de pensamento. Esta postura pedagógica é abrangente e refere-se também à aprendizagem de pessoas portadoras de deficiência mental”(Ferreira;Cruz,2005)

Qualquer ação humana tem como princípio de produção a relação entre um indivíduo que ensina e outro que aprende. Diversos autores voltados para a ciência da Educação realizaram vários enfoques epistemológicos sobre o tema.

Sendo o foco do trabalho a construção do conhecer/saber das pessoas com deficiência, destaca-se a contribuição de Vygostky e Alicia Fernandez enquanto eixo condutor.

Vygostky, psicólogo, viveu 37 anos, dentre os quais gerou cerca de 200 produções científicas pertinentes aos estudos voltados ao desenvolvimento

humano, contribuindo com a Psicologia, a Pedagogia e diversas áreas do campo do conhecimento, demarcando seu paradigma interdisciplinar ao tratar do ser humano (REGO, 1995, pg.15). Seu empenho acadêmico foi investigar os considerados “problemas” de aprendizagem das crianças consideradas defeituosas, pela via congênita, por exemplo: crianças com deficiência nas áreas sensoriais, intelectuais etc.

Em 1924, fundou em Moscou o Instituto de Estudos das Deficiências e coordenou um Departamento de Educação em Narcompros, onde pesquisava sobre os deficientes físicos e mentais. Dedicou-se ao estudo do desenvolvimento humano correlacionando-o ao contexto social em que estava inserido e nas diferentes dimensões, uma delas a histórico-social. Trata a questão dos mecanismos psicológicos mais elaborados (denominados funções psicológicas superiores), processos estes que decorrem dos processos psicológicos elementares, de fonte biológica, observando a história individual, social e cultural. Essa visão permitiu sua contribuição em entender o papel do Meio no desenvolvimento de qualquer indivíduo. Sendo esse, o de favorecer ou não este processo.

Dá origem ao que se denomina teoria histórico-cultural ou sóciohistórica do psiquismo. Também é nomeada como abordagem sócio-interacionista, pois enfatizará a interação e relação dialética do Homem e o seu meio sociocultural, sendo ele agente de transformação na Sociedade e que transformará a si mesmo numa perspectiva evolutiva.

Nessa época, já postulava que o pensamento era culturalmente mediado, sendo a linguagem o meio principal de mediação (REGO, 1995, pg.31). Logo, os indivíduos se formariam enquanto pessoas capazes de receber, decodificar, elaborar e expressar com outros do grupo social os fenômenos existentes nos vínculos estabelecidos.⁵

O autor (1997,1998) aborda em seus constructos teóricos pressupostos significativos para a compreensão do processo de aprendizagem de cada sujeito e apresenta como este processo se dá nas pessoas com deficiência

⁵ Vygotsky teve Luria (1902 - 1977) e Leontiev (1904-1979) como companheiros e discípulos das construções de postulados significativos nas áreas da Psicologia, Psicomotricidade, Educação e outros saberes afins.

intelectual. Sua obra é singular, pois, nos meados de 1920 já apresentava uma perspectiva inclusiva em relação às crianças com deficiência.

Ao tratar do tema, mesmo possuindo um olhar clínico (vigente na época), no seu livro Defectologia (1997, pg. 62) afirma e nos leva a meditar:

“Não à deficiência por si mesma, não à insuficiência por ela mesma... A criança com deficiência mental está formada não só por seus defeitos, seu organismo se reconhece como um todo. A personalidade como um todo se equilibra e se compensa com os processos de desenvolvimento da criança... É importante saber não somente que enfermidade tem uma pessoa, mas também que pessoa tem a enfermidade...”

Ou seja, ao encaramos um sujeito, mesmo com suas limitações, elas não têm no seu bojo a insuficiência como marca principal ou matriz de sua identidade. Vygotsky inova ao dar um olhar sistêmico e salienta a visão do todo (organismo) ser maior (ou diferente) do que a soma das partes⁶, cabendo um olhar atento à pessoa.

Fernandes (1999), acrescenta:

Vygotsky apresenta também a tese de que, no momento em que se dá o impedimento de uma função orgânica, como a visão, por exemplo, ali também se encontram as forças que determinarão o equilíbrio do sujeito e as compensações para esta limitação, criando assim, o que se denomina uma “clínica da singularidade”.

Logo, cabe um aprofundamento no que o autor postula sobre a mediação. Segundo os autores, ela está presente em toda a atividade humana, a saber:

São os instrumentos técnicos e os sistemas de signos, construídos historicamente, que fazem a mediação dos seres humanos entre si e deles com o mundo. A linguagem é um signo mediador por

⁶ Uma das bases da concepção de Homem e organismo de Max Weithemer(1880-1943), fundamento da Gestalt terapia. Este fenômeno denomina-se o conceito de Superssoma , apresentando que a idéia de que não se pode ter um conhecimento de um todo por meio de suas partes .

excelência, pois ela carrega em si os conceitos generalizados e elaborados pela cultura humana (REGO, 1995, pg. 42).

Explicando sobre as construções mentais e a relação com a linguagem, ANACHE (2002) diz que se nasce com uma base biológica responsável por uma série de capacidades e funções; todavia, as funções psicológicas superiores não são morfologicamente estáveis, logo, se desenvolverão no decorrer da existência, favorecendo novas formações desde a infância. A linguagem tem o seu papel fundamental, pois as generalizações realizadas no âmbito individual desencadearão novas associações no plano externo e novas ações mentais internas. Isto é desenvolvido no grupo e nas relações.

Quando trabalhamos no plano da cognição, o papel do outro é fundamental, pois favorecerá as construções internas no pensamento dos sujeitos envolvidos em qualquer ação humana. Na fase infantil, a ótica estará naturalmente voltada para o papel do adulto, porém, ampliando a análise, caberá uma constatação de que o Outro, independente da faixa etária, terá a sua contribuição dentro do grupo social de favorecer este processo e ampliará a cultura que estiver permeando naquele momento.

Nesta perspectiva, o conceito de cultura está intimamente ligado ao social. Ele compreende que a cultura é um resultado da vida em sociedade e da própria atividade social do ser humano. Logo, se tratarmos de um desenvolvimento social, falaremos de um desenvolvimento cultural. Por isso, o crescimento das funções psicológicas fundamentais para o processo de aprendizagem tem seu princípio no social.

Assim sendo, os indivíduos desde a infância precisam ser estimulados à construção, a saber:

O desenvolvimento das formas superiores de comportamento acontece sob pressão da necessidade; se a criança não tiver necessidade de pensar, ela nunca irá pensar (VIGOTSKI,2011).

Mesmo entendendo que, para a cultura da época, as propostas voltadas à Educação estavam adaptadas a pensar a denominada “criança normal” com os indivíduos que possuíam suas funções preservadas, ao se depararem com

alguma diferença ou especificidade, como cita o autor, “a convergência dá lugar a uma profunda divergência, uma discrepância entre as linhas natural e cultural da criança.” (VIGOTSKI,2011, pg.867).

E ainda acrescenta que, sozinha, uma criança surda não aprenderá a falar, a cega não conseguirá adquirir a possibilidade da escrita. Afirma que caberá à Educação a iniciativa de construir técnicas culturais, signos ou símbolos adaptados às especificidades de cada Ser.

Destaca-se então o conceito de mediação. O autor enfatiza as interações entre a criança e o adulto, potencializando a ideia de um sistema planejado e organizado de instrução ou ensino que conduza o educando a seu desenvolvimento, através de ações tais como a tomada de consciência e de controle voluntário de conhecimento (ANACHE,2002).

Desta forma, os indivíduos devem ser mediados a proporcionar novas e diferentes maneiras de se pensar um fenômeno ou problematização do cotidiano. Principalmente as pessoas com deficiência intelectual, com vistas a potencializar o próprio desenvolvimento deste sujeito, da sua espécie, do seu grupo e da Sociedade.

Logo, apresenta que, nas propostas educacionais tradicionais de ensino se enfocava a falta, o defeito das crianças “anormais”, sabendo que o defeito era considerado uma falha limitadora e que cerceava o seu desenvolvimento. A sua concepção gera um reconhecer a falta ou o déficit trazendo em si a dialética que, por meio deste obstáculo, os indivíduos poderão buscar forças, caminhos alternativos, ultrapassando, encontrando funções e potenciais que suplantarão a deficiência, levando-os a um novo equilíbrio.

Assim é que a mediação é o instrumento crucial para a condução deste caminho em cada nova oportunidade de aprendizagem vivida.

Alicia Fernandez (1991, pg.47), em seus estudos sobre os problemas de aprendizagem, teve como ênfase compreender como o indivíduo aprende e quais os fatores, de forma dualista e racional, nos quais cabia entender as seguintes polaridades: processo consciente e produto da inteligência. Não se tratava do lugar do corpo e do afeto na construção do saber. E contribui com a seguinte síntese para uma investigação: existe o “ensinante” e o “aprendente” em algum tipo de relação e vínculo.

A autora diz que a matriz da aprendizagem é formada nas primeiras relações estabelecidas: mãe-pai-filho-irmão, e acrescenta o postulado piagetiano de acomodação-assimilação e inteligência-desejo. Sintetizo, para melhor compreensão, neste gráfico:

Figura 2 - Matriz da aprendizagem humana

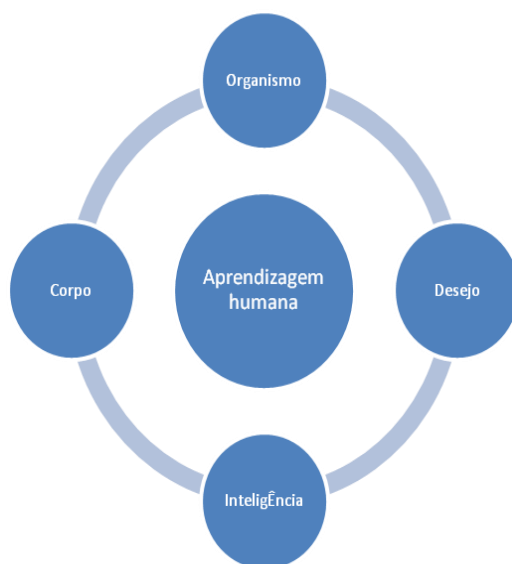


Figura 2 - Matriz da aprendizagem humana

Fonte: a autora (2016)

Acrescentando a esse olhar sistêmico, a mesma depreende que nestes eixos de ligação estão os demais vínculos dos diferentes sistemas envolvidos: família, escola, igreja etc e os fatores econômicos, sociais, culturais e antropológicos.

Logo, cabe uma reflexão de como a pessoa com deficiência intelectual vive esse processo, vistas suas nuances nesse Organismo que apresenta diferenças na própria Constituição, um Corpo que não é visto e por vezes não acreditado, uma inteligência abaixo da média e um desejo minimizado ora por si, ora pelos outros que a cercam. Como esse ser – HUMANO - legítimo indivíduo, viverá um processo de aprendizagem? Como descobrirá os seus potenciais e suas funcionalidades?

1.4. AS FUNCIONALIDADES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

"Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem de reconhecer as suas habilidades." (Hallahan ;Kauffman, 1994)

As questões históricas voltadas para a proposta de atendimento a pessoas com deficiência intelectual trazem em si alguns marcos fundamentais para serem citados, quando abordamos sobre a evolução da representação destes indivíduos na Sociedade.

Em 1974, foi fundado o Hospital Juliano Moreira, que oferecia atendimentos em um modelo de subsistência⁷ no qual não existia uma proposta que pudesse diferenciar um espaço educacional de um espaço de atendimento clínico (hospício) onde se fundia o tipo de trabalho desenvolvido.

FERNANDES e CORREA (2008) falam que os médicos da época foram os primeiros profissionais que atentaram para a relevância de um trabalho diferenciado, pois não existia tipo algum de classificação ou construção de critérios; sequer se diferenciava por gênero ou idade.

Na década de 30, no século XX, foram formados os primeiros laboratórios para avaliações dos denominados "débeis mentais", originando a Sociedade Pestalozzi, com o intuito de atender ao público de sujeitos com deficiência intelectual.

Após décadas de categorização e definição em diferentes níveis, PLETSCHE e BRAUN (2008) apresentam a visão do conceito da deficiência intelectual e dos instrumentos de medida e seus órgãos, a saber:

A concepção da AAMR desde 1992 (já em sua nova edição), concebida como "multidimensional" — na qual a deficiência mental era compreendida a partir da interação entre a capacidade da pessoa ("medida" por testes padronizados), o ambiente em que a pessoa

⁷ O modelo de subsistência é uma forma de atendimento a populações excluídas, tendo como concepção o assistencialismo, a segregação e o isolamento social. São cuidadas somente as necessidades básicas de subsistência (JANUZZI, 1986 *apud* FERNANDES, 2008).

vivia e a necessidade de níveis de suporte — passou a influenciar diretamente diferentes sistemas de classificação, como a Classificação Internacional do Funcionamento da Deficiência e da Saúde (CIF), a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) (ambos da Organização Mundial de Saúde), e o Manual de Diagnóstico e Prática Profissional em Retardo Mental da Associação Americana de Psicologia (APA).

Acrescentam que:

o sistema multidimensional almeja superar a idéia de que a deficiência mental é uma condição estática e permanente, em favor de uma concepção em que o desenvolvimento varia conforme os apoios e/ou suportes recebidos pelo indivíduo. Portanto, no modelo multidimensional a deficiência mental é compreendida como um fenômeno relacionado com o desenvolvimento da pessoa e as interações e apoios sociais que recebe, e não somente com base em parâmetros de coeficiente de inteligência (QI abaixo de 70) e de classificação nos níveis leve, moderado, severo e profundo.

Almeida (2012) expressava que a abordagem multidimensional tem como propósito ampliar a conceituação de retardo mental, pontuar o QI não como o único referencial para aferir o nível da deficiência e acrescenta a relação das necessidades dos indivíduos e os níveis de apoio apropriados.

A abordagem existente entre as avaliações pautadas no critério do coeficiente de inteligência e outros instrumentos objetivos que visam à aferição da inteligência ainda é objeto de crítica; porém, citamos ANACHE (2002, pg.1) quando pontua que:

O processo de diagnóstico da deficiência mental no âmbito da Educação Especial tem dois objetivos básicos: identificar e planejar ensino de pessoas com esta condição. Para fins de identificação, as informações servem para subsidiar a classificação e o encaminhamento, porém, os procedimentos adotados de caráter científico e normativo não têm sido suficientes para tal intento, assim como difícil e complexo é o conceito da deficiência mental.

Logo, a Deficiência intelectual é um conceito que vem avançando por estar ligado à evolução histórica e social do ser humano. FERNANDES E ORRICO (2012) citam que o meio social é um sistema primordial para o desenvolvimento da pessoa, tendo como ênfase a educação e o trabalho como mecanismos de superação da deficiência.

Na revisão de 2010, a American Association on Intellectual and Developmental Disabilities– AAIDD (denominada anteriormente como American Association on Mental Retardation – AAMR) apresenta modelo teórico da deficiência intelectual abordando como a pessoa com deficiência intelectual quando apresenta limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo (expresso em habilidades adaptativas, conceituais, sociais e práticas), manifestadas antes dos 18 anos. Pontua-se que o funcionamento intelectual vem sendo avaliado por meio de testes padronizados de quociente de inteligência – QI, que consideram ser sociais, culturais e linguísticos, no intuito de aproximar um grupo de pessoas com características semelhantes e identificá-las para determinado fim, seja científico ou profissional.

MASCARO (2012), ao abordar esta descrição, ressalta que a definição da AAIDD (2010) como um diagnóstico de deficiência intelectual não pode ser tratada de forma isolada e nem vista como uma condição estática e permanente, e, que o modelo pressupõe o funcionamento do indivíduo, podendo ser aprimorado com a oferta de apoios ou suportes de que ele necessite.

Com base neste modelo, a pesquisa versará as funcionalidades e a observar os suportes necessários dentro das características dos indivíduos com deficiência intelectual e as demandas no ambiente em que estão inseridos.

Cabe destacar que, ao se encarar as funcionalidades como um novo paradigma e os apoios (suportes) em um papel primordial para a superação de limitações, resgatar-se-á a fala do pensador que, mesmo tendo vivido há décadas atrás, nos trouxe este arcabouço de um novo olhar para o futuro promissor:

“à educação cumpre sempre enfrentar uma subida onde antes se via um caminho plano; ela deve dar um salto onde até então parecia ser possível limitar-se a um passo.” (VIGOTSKI,2011,pg.867)

No caso, torna-se necessário o entendimento de em que dimensões o indivíduo se encontra e como está interagindo com os fatores envolvidos.

Baseado no modelo multidimensional, a AAIDD (2012) propõe o funcionamento humano abrangendo cinco componentes principais, a saber: habilidades intelectuais, comportamento adaptativo, saúde, participação e contexto; os suportes e apoios necessários para a interação e o funcionamento humano. (Luckasson, et al,2002; Schalock et al, 2007; Schalock et al,2010; Redig,2014)

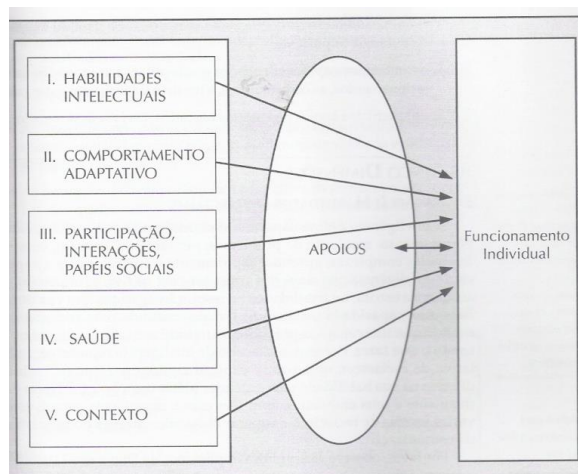


Figura 3 - Modelo Multifuncional das Funcionalidades Humanas
(AAIDD,2010) Fonte: AAMR, 2006, p. 213

Psicomotora (2014), fazendo a releitura de Luckasson (2002), apresenta os componentes da seguinte forma:

- As habilidades intelectuais como as capacidades mentais gerais que incluem as questões e hipóteses voltadas ao raciocínio, solução de problemas, capacidade de abstração, pensamento com ideias complexas, aprendizagem de forma rápida e através da experiência

- Os comportamentos adaptativos são um conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas aprendidas pelas pessoas e primordiais para o seu cotidiano.
- Saúde: O conceito adotado pela Organização Mundial de Saúde prevê como um completo estado de bem-estar físico, mental e social; não meramente a ausência de doença (FLECK, 2000)
- Participação: corresponde ao desempenho dos indivíduos em atividades diversas em âmbitos da vida em sociedade
- Contexto: são as condições interrelacionais que os sujeitos vivem em seu dia a dia, correlacionando os fatores intrínsecos (pessoais) e extrínsecos.

1.4.1. A ESCALA DE INTENSIDADE DE SUPORTES

Diante do exposto, compreender o diagnóstico de deficiência intelectual perpassa por entender as necessidades de apoio que o sujeito precisa ao longo de sua vida. Aferir as habilidades e competências do indivíduo relacionadas às exigências do ambiente, promovendo assim a autonomia, independência, produtividade e ampliação dos resultados significativos que trarão maior eixo de oportunidades de inclusão efetiva (Luckasson et al 1992 ; AAIDD,2006; Vega,2015)

A premissa da necessidade de apoios e suportes, é baseada na concepção que o funcionamento do ser humano está ligado à relação das competências individuais e nos diferentes ambientes onde atuam. (Thompson et al, 2009)

Gonçalves (2014, pg.6) pontua, baseada no modelo do Código Internacional de Funcionalidades, proposto em 2004 pela Organização Mundial de Saúde (Harries,2008; Schalock et al.,2010) que:

O funcionamento de um indivíduo com “deficiência” resulta da interação dinâmica entre as condições de saúde e os fatores contextuais (...).nesta linha,há a considerar a oportunidade de participar na vida comunitária em contextos/ambientes típicos e relevantes, à luz das considerações sócio-culturais

As habilidades das pessoas com deficiência são aferidas neste contexto relacionadas às condições ambientais em que estão inseridas, corroborando com o referencial sócio-histórico-cultural em Vygostky, a aprendizagem e a superação acontecem quando os conhecimentos adquiridos no cotidiano e durante uma vida estão ligados aos núcleos de pares, familiares, amigos da escola e outros. (Gonçalves, 2014)

A Escala de intensidade de suportes (SIS) foi idealizada com objetivo de verificar e fornecer informações que favoreçam a criação dos perfis e da intensidade de apoios (suportes) necessários. Além de proporcionar e favorecer as construções de planos de apoios especializados para os sujeitos com deficiência. (Vega, 2015)

Este instrumento favorece medir os níveis de apoios práticos e necessários as pessoas com deficiência intelectual. Consiste em um conjunto de formulários de entrevistas, com uma pontuação dinâmica, planejado para medir as necessidades de suportes nas áreas comportamentais e de atividades de vida. Foi construído por cerca de cinco anos por uma equipe da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (na época ainda denominada Associação Americana de Retardo Mental). O grupo desenvolve pesquisas científicas na área das deficiências desde 1876.

A Escala está dividida em três seções no intuito de aferir as necessidades do entrevistado:

Seção 1: Escala de Necessidades de apoio.

E divididos em seis partes que abrangem as seguintes áreas: vida doméstica, vida comunitária, aprendizagem ao longo da vida, emprego, de saúde e segurança e atividades sociais. Totalizando 49 atividades

Na Seção 2 descreve uma Escala Suplementar de proteção e defesa totalizando 8 atividades.

A Seção 3 fala das necessidades específicas de apoio médico e comportamental tratando de 15 condições clínicas (médicas) e 13 comportamentais.

Cada item tem por objetivo avaliar o tipo de apoio, a frequência e o tempo diário de apoio e na Seção 3 afere se não necessita, ou precisa de algum ou de muito apoio para as questões apresentadas.

Segundo Vega, a SIS possui uma abrangência internacional e encontramos estudos da sua aplicabilidade no Chile, México, Espanha, e estudos no Brasil com pessoas com deficiência intelectual, doença mental e ampliando para crianças com autismo. A autora coloca que estudos preliminares mostraram restritos trabalhos na América Latina que poderão evidenciar os impactos a população e a garantia da melhoria nos serviços oferecidos a Sociedade e aponta a relevância do aprofundamento e das testagens deste instrumento.

Segundo Thompson (2008), a Escala é uma experiência que vem sendo compartilhada em várias comunidades de línguas diferentes⁸: francês, italiano, chinês, espanhol, hebraico, holandês e catalão. Cada tradução está sendo acompanhada por profissionais de universidades diversas e agências trabalhando ligadas a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD).

Na experiência italiana, começaram com cursos intensivos para trabalhadores das diversas empresas e profissionais sensibilizando para o uso da SIS. Neste país, vários são os instrumentos utilizados com pessoas com deficiência intelectual, portanto dedicaram meses de estudos, traduções e adaptações para a aplicação. Destaca-se o investimento do Ministério italiano de Solidariedade Social

Ao abordar a questão das funcionalidades, ADAM (2013) retrata em seu artigo sobre a experiência em Cataluna, onde uma equipe interdisciplinar viabiliza uma investigação sobre Deficiência e qualidade de vida desenvolvendo um estudo ligado a Associação Americana de Deficiência intelectual e Desenvolvimento (AAIDD) tratando da implementação de apoios para crianças e adolescentes. Possuem um financiamento do Federacion Catalana pro Persones and Retard Mental (APPS)

No México, a Escala SIS em sua versão espanhola, foi aplicada a pessoas com transtornos mentais severos, buscando uma melhor qualidade de vida dentro de um aspecto multidimensional e interdisciplinar.

⁸ Dados extraídos da International Implementation of the Supports Intensity Scale da AAIDD White paper (junho de 2008) no <https://aidd.org/docs/default-source/sis-docs/siswpinternational.pdf> acessado em 24 de junho de 2016.

Em Taiwan, as diferenças culturais foram os principais obstáculos para a efetividade da aplicação do instrumento pois algumas atividades, como por exemplo: na seção de atividades de aprendizagem ao longo da vida e segurança. Nesse país, as pessoas com deficiência intelectual buscam ficar em casas ou instituições, com um pensamento diferente do mundo ocidental. As famílias buscam mais preocupados com a proteção e segurança do que a qualidade de vida de uma pessoa, acabam subestimando a intensidade de apoios necessários.

Na Escala SIS hebraica, em Israel, o objetivo principal é a utilização do recurso como referencia para a construção do plano de suporte para o sujeito e para o coordenador do suporte. Após a sequência da elaboração e a análise das alternativas para que possam ser executados, os diferentes membros da equipe e o diretor da instituição aprovam o planejamento para que possa a vir a ser executado. Favoreceu uma mudança e criação de novos cargos, definições e metodologias de trabalho gerando novas concepções aos programas de formação utilizados.

No Brasil, o grupo de pesquisadores coordenados pela Profa. Dra. Maria Amélia Almeida na Universidade Federal de São Carlos está realizando a adaptação e validação do instrumento. No Rio de Janeiro o trabalho está sendo dirigido e coordenado pela Profa. Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes (FERNANDES, 2008; SANCHEZ-FERREIRA, 2012; ALBENAZ, 2013).

No Rio, esse estudo está relacionado ao grupo de pesquisa sobre deficiência intelectual e possui a participação de bolsistas de Estágio Interno Complementar, Iniciação à Docência e PROATEC do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação Especial e Inclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e objetiva aferir resultados na utilização de instrumentos de identificação de apoios para pessoas com deficiência intelectual.

Nota-se então a importância de estudos que referendem o paradigma de suportes e a construção científica contínua de recursos ou avaliações voltadas para a descrição dos apoios que as pessoas com deficiência precisam para o aprimoramento de suas competências e habilidades visando a inclusão pois constata-se pesquisadores de diferentes áreas e em diferentes países envolvidos no paradigma de funcionalidades (ORTIZ,2010)

Esse estudo se torna fundamental para poder ser mais um caminho para pesquisas científicas pautadas no paradigma da funcionalidade que visem ampliar a atuação e autonomia do jovem adulto com deficiência intelectual na Sociedade, favorecendo a transformação dos agentes envolvidos.

1.5. AUTOGERENCIAMENTO DO ADULTO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Boff (1999, pg.6) contribui com um olhar em relação à existência do Outro, dignificando sua fala e expressão quando pontua:

A libertação dos oprimidos deverá provir deles mesmos, na medida em que se conscientizam da injustiça de sua situação, se organizam entre si e começam com práticas que visam transformar estruturalmente as relações sociais iníquas.

Ele ainda acrescenta o quanto grupos marginalizados, tais como: pobres, trabalhadores explorados, índios, negros, mulheres oprimidas, pessoas com Aids ou qualquer outra deficiência poderão se aliar a outros oprimidos; juntos com estes indivíduos e pela ótica deles poderão se reerguer em busca do direito de fala, dedicando-se a uma transformação social.

Alguns artigos foram produzidos anteriormente em diferentes, conceituando: AUTOGERENCIAMENTO. Nascimento, Gutierrez e De Domenico (2010) realizaram uma revisão integrativa de 15 artigos publicados entre 2002 a 2007 na língua inglesa, e encontraram quatro artigos que apresentavam de forma objetiva o conceito de autogerenciamento.

Segreccia (2004 apud Bernardes, 2009, pg. 34) fala do papel do Estado na questão das pessoas com deficiência, afirmando que:

O Estado deve se colocar em uma perspectiva de subsidiariedade em relação aos menos favorecidos. Entretanto, em um contexto de burocratização e busca de eficiência, é frequente a opção por uma solução descompromissada, como a concessão de algum tipo de “ajuda-subsídio”, ou simplesmente a institucionalização das pessoas que têm deficiência em vez de se oferecer recursos e meios que propiciem, tanto quanto possível, autogestão e inclusão social.

Portanto, a discussão sobre a autogestão é apresentada dentro de um caráter político, inclusive com subsídios de construção de propostas que embasem políticas públicas e educacionais, visando um olhar pelo qual alcancemos a inclusão. Os meios precisam perpassar pela perspectiva da autogestão das pessoas envolvidas.

Glat (2004) apresenta os termos autogestão e autodefensoria, onde cada uma teria a legitimidade de expressar seus próprios direitos, lutando pelos mesmos, sendo atuantes na decisão dos seus próprios direitos, possuindo voz e espaço para a expressão de suas aspirações, necessidades.

A história do autogerenciamento no Brasil se inicia em 1986, no IX Congresso Mundial da Liga Internacional de Associações para pessoas com Deficiência Mental (ILSMH), sob a coordenação da Federação das APAES, com cerca de 150 pessoas com deficiência mental, representantes de 15 países com mais de seis idiomas diferentes. (GLAT, 2004)

Ao abordar o conceito, o apresenta como uma filosofia, um movimento político e um programa de suporte psicoeducacional.

Precisamos mudar própria mentalidade, nossa maneira de atuar em relação aos nossos alunos e /ou pacientes, e deixar cada vez mais que eles tomem a palavra, que expressem seus desejos, e descubram, através de seus fracassos e derrotas, a melhor maneira de fazer com que seus direitos sejam respeitados. (Glat, 2004, p,8)

A apresentação de um processo educacional, devendo ser o principal norte condutor de transformação destes indivíduos num ambiente sistemático de aprendizagem, e a legislação endossa as nossas ações quando em orientação legal adotada na Declaração de Salamanca⁹, prevê que:

⁹ Resolução das Nações Unidas que abordou os princípios, políticas e prática em Educação Especial. Considerada mundialmente como um importante documento que visa a consolidação da educação inclusiva.

Jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias no cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. (UNESCO, 1994)

Logo, nota-se a relevância de tratar pelo prisma de uma mudança social urgente na atuação e fala das pessoas com D.I. na Sociedade.

Entende-se que, para que haja uma transformação paradigmática, a Educação é um processo notório e crucial.

A Educação Especial não fica à margem quando, na Resolução nº: 02/2001 do Conselho Nacional de Educação – CNE, ela é definida como:

“... modalidade de educação escolar, entendendo-se como um processo educacional que se materializa por meio de um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades especiais, diferentes das da maioria de crianças e jovens, em todos os níveis e modalidades de educação e ensino (BRASIL, 2001).”

Ainda de que maneira ampla, a Resolução determina que caberá à Educação Especial promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência e outras necessidades especiais. Cabendo assim, a cada profissional, grupos envolvidos ou instituições a organização de diretrizes e ações que promovam este viés, ações, políticas e metodologias de atuação.

Ao longo dos anos, as propostas educacionais voltadas para o público com deficiência intelectual contemplavam iniciativas e perspectivas para a Educação de jovens e adultos. As modalidades de trabalho e as discussões permeavam na alfabetização destes sujeitos, inserindo-os em alguns espaços de oficinas pedagógicas aonde aprendiam e exercitavam suas habilidades, ora manuais, ora desportivas etc.

Mascaro e Pacheco (2014) abordam os desafios do período após a escolarização das pessoas, independente de possuírem deficiência ou não. A entrada no mundo adulto é envolvida com angústias e ansiedades em relação a esta e nas demais experiências envolvidas nesta transição.

Nota-se que no contexto das pessoas com deficiência intelectual (D.I.) elas já vivem tardiamente este processo, envolvidas por ações de superproteção, infantilização, falta de estímulos e espaços de discussão sobre o tema. Não são criados espaços onde estes indivíduos possam compartilhar destas sensações e perspectivas.

O que se percebe é que viver plenamente é algo natural e nítido a todos indivíduos. Dar conta de suas necessidades naturais transcende a qualquer deficiência, unindo todos os seres em um único propósito.

“As necessidades naturais independem de sua vontade e a satisfação destas permite a ele apenas estar no mundo como os seres naturais. Mas o homem não almeja apenas estar no mundo; o homem almeja estar bem. Para ele, não importa apenas viver, mas **viver bem**. ”
(PARO,1999, pg.2)

Cabe registrar a essência desta afirmativa na existência daqueles que podem exercer a possibilidade de expressão dos seus direitos e escolhas.

Ao abordarmos a questão das pessoas com deficiência intelectual, devida à limitação cognitiva, ainda se notam barreiras em considerá-los capazes de receber uma informação, avaliar e decidir o que é o melhor para si. Não se trata de abordar questões sociais, abstratas ou de alto teor em questões éticas e ou morais. Trata-se de se questionar se podem ser capazes de fazer escolhas. Talvez de escolher ingerir um hambúrguer ou um cachorro-quente, se desejam ou preferem um absorvente com abas ou sem abas. Até as questões de se posicionar como alguém que pode ligar um forno de micro-ondas e esquentar a sua própria comida.

Dilemas que passam pelos olhos e consciência daqueles que transitam pela vida prática realizando estas tarefas, porém, ao tratar-se deste público, as experiências de independência e autonomia ainda são insuficientes.

A partir destas constatações, diferentes programas educativos são planejados; contudo, ao se tratar da aprendizagem de adultos com deficiência intelectual, compreender o conceito de autogerenciamento se torna relevante.

Historicamente, ainda permeia uma expectativa de que os alunos estão nas unidades escolares em busca de uma ampliação na área da socialização. Os educadores, inclusive, constataam esta realidade em relatórios e entrevistas direcionadas aos familiares ou em falas expressas sobre quais as expectativas que estes possuem em relação a seus filhos.

Mas a pergunta que se destaca é: em pleno século XXI, como ser um sujeito atuante nos diferentes espaços de vida sem uma consciência de quem ele é, de onde se encontra e quais são os seus desejos em relação a si mesmo, ao outro, ao ambiente, à Sociedade?

1.6. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E OS TUTORIAIS COMO APOIO NA APRENDIZAGEM

“Neste contexto, em que culturas e pessoas distantes ou desconhecidas podem ser acessadas e descobertas por um click na tecla do computador, faz-se necessária uma visão de mundo na qual não existam fronteiras apenas entre as nações e os povos, mas também entre as pessoas mais próximas, principalmente as estigmatizadas e excluídas por marcas físicas e/ou sociais.” (LIMA; CUPOLILLO,2006)

A evolução da Sociedade e, por conseguinte, das tecnologias e estratégias de ensino vem tornando o processo educacional um fenômeno ativo, diversificado, dinâmico e desafiador.

Leão (1999), ao abordar que a educação institucionalizada reflete a nossa história evolutiva, referenda o quanto a cultura e o conhecimento perpassam por este paradigma.

Logo, ao se discutir o uso das novas metodologias, os textos revelam o quanto a interdisciplinaridade e a construção do saber científico (e não) vem sendo um suporte significativo em cada etapa.

Tratar das questões da evolução não ignora o paradoxo do reconhecimento que estas propostas ainda não chegam a todos, sendo um fenômeno característico dos grandes centros e expandindo-se gradativamente para todo o território brasileiro (pretendendo examinar apenas esta realidade).

No modelo tradicional de educação, a aprendizagem era feita de forma a compreender que o ser humano seria capaz de decodificar informações, armazenando conhecimento. Segundo Leão, o professor era considerado a pessoa que detinha o saber e a ele cabia a transmissão para os alunos.

Porém, em pleno século XXI, as reflexões de Lakomy são pertinentes quando apontam o quanto uma reflexão dos professores sobre os modelos de ensino se torna importante.

Berbel (2011) afirma a relevância da autonomia dos indivíduos e pontua o quanto na formação de profissionais as novas metodologias poderão ser singulares.

Ao se abordar o avanço das tecnologias digitais, pesquisadores descrevem que:

as tecnologias e mídias digitais interativas na escola oferecem oportunidades às pessoas de participarem como protagonistas de outro modo de aprender nesta sociedade de comunicação; ampliam a interação, a possibilidade de acesso à informação e a produção de conhecimentos por meio da inclusão digital e do resgate da cidadania.(Sperotto et.al, 2015, pg. 159)

Os autores acrescentam a relevância que na formação de sujeitos mais sensíveis e criativos, deve-se considerar a entrada das novas mídias como ferramentas essenciais para uma prática escolar contemporânea e interdisciplinar, envolvendo os diferentes agentes na Escola (alunos, docentes e os diferentes profissionais).

Cabendo assim uma renovação no modelo educacional pois pressupõe na disponibilidade e na apropriação de conhecimento por parte dos profissionais envolvidos. Entendendo que estamos inseridos num contexto escolar que poderá se beneficiar das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC)

Percebo que o processo de seres autônomos em busca do conhecimento, que se estabelece do simples ao complexo, poderá ser benéfico na apropriação das novas tecnologias ou propostas, mas saliento a relevância dos encontros e da aferição destes resultados, que perpassam por mudanças de atitudes, de paradigmas e de vida.

Sperotto (2015) *apud* O`Reilly (2005) apresentando a geração atual na Web 2.0 e as pessoas com deficiência intelectual estão sendo inseridas neste contexto. A pesquisadora apresenta essa geração como aquela que tem facilidades de autoria, de ajuda mútua e compartilhamento entre usuários na internet que poderão estar geograficamente em lugares distintos e distantes. E ainda acrescenta:

Essa transformação no paradigma comunicacional contempla mudanças na produção, no armazenamento e na divulgação das informações. Com isso, abrem-se possibilidades para se investir na autoria de professores e alunos, que podem produzir e divulgar seus vídeos e textos com mais visibilidade.... atualmente um aluno pode produzir um vídeo caseiro, publicar na internet e esse vídeo pode ser acessado por muitas pessoas em diferentes cidades e países. (Sperotto,2015 pg. 162)

Portanto, verifica-se que as tecnologias digitais de informação e comunicação favorecem uma mudança, inclusive cognitiva favorecendo e potencializando as interações, novas experiências e aprendizagens, divulgando conhecimento, partilhando o desenvolvimento de funções como memória, atenção, imaginação e percepção. No contexto da pesquisa apresenta-se um novo paradigma do papel do aprendente e do ensinante, através das pessoas com deficiência intelectual para a Sociedade.

No que concerne as diferentes atribuições a serem expandidas, Perrenoud (2000, pg.128) esclarece que:

Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação.

O autor reconhece a importância das tecnologias para a ampliação das capacidades intelectivas do ser humano, favorecendo a

expansão das funcionalidades dos educandos. Logo, a educação formal vem efetivando os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e ampliando os horizontes para além das paredes das salas de aula, efetivando uma inclusão digital.

Quadros (2014) coloca que os recursos tecnológicos estão chegando as unidades públicas e privadas de ensino do país, porém ainda se percebe poucas mudanças nas práticas educativas. Indica que as novidades voltadas a softwares atualizados, aplicativos, programas em Rede presentes na Escola ainda não apontam novas práticas na mesma medida, isto é, metodologias que representem inovação¹⁰.

Dessa forma, tratar de aquisição de materiais, ainda não representa novidades nos métodos utilizados, o desafio é a criação nas novas plataformas em diferentes mundos educativos. A tecnologia vem favorecendo as aprendizagens, porém, ainda se nota a ausência na formação dos educadores e ensinantes que estão interagindo com os recursos, a fim de que sejam agentes mediadores.

Os diferentes dispositivos tecnológicos (computadores, *tablets*, laptops e celulares) são encontrados no cotidiano dos alunos proporcionando interatividade, cooperação e troca de informações. O compartilhar de emails, músicas, vídeos, salas de bate-papos, nas mídias sociais (Facebook, Youtube e outros) e jogos fazem parte da realidade dos diferentes sujeitos nos espaços escolares.

Santos (2015, pg. 138) elenca a temática tratando da expansão e apropriação do uso físico das mídias, das tecnologias móveis e do uso dos celulares no ciberespaço a saber:

Estes celulares não são apenas telefones. Em um mesmo dispositivo móvel contamos com a convergência de interfaces e linguagens que permitem produzir, editar e compartilhar em redes textos, sons, imagens (estáticas e dinâmicas), vídeos que se tornam voláteis, pois circulam e viajam pelo mundo enquanto seus autores e interlocutores movimentam-se fisicamente com seus corpos pelo espaço urbano.

¹⁰ Inovação refere-se a algo inédito e que vem carregado de significações para se deferir um sentido novo a um determinado contexto. Está implícita em seu significado a quebra de paradigmas e a originalidade na criação de um novo cenário para se fazer algo de maneira intencional. (Quadros, 2014 pg. 16)

Como lançar mão dessa potencialidade da comunicação móvel e ubíqua para educar em nosso tempo?

Tratando da realidade educacional brasileira ainda se encontra dificuldades em acesso, difusão das informações, questões ligadas a falta de energia elétrica, de conexão de qualidade a internet e os fatores de ausência de formação continuada dos docentes e diferentes profissionais. Nesses últimos anos, a discussão está em torno de uma leitura crítica do grande volume de informações que chegam aos usuários e a relevância da mediação para uma seleção eficaz do material.

No que concerne aos estudos sobre a aprendizagem na web de jovens e adultos com deficiência intelectual vem mostrando o desafio da alfabetização e da ampliação de conhecimentos para a vivência em um contexto social para estes indivíduos. Cruz (2013) pontua que: os jovens com deficiência intelectual são semelhantes aos jovens do seu tempo, quando se promove o acesso aos mesmos instrumentos culturais oferecidos a outros indivíduos de sua idade. Tal afirmativa nos leva a entender que, à medida que estes sujeitos são apresentados a desafios, situações, instrumentos que fazem parte da tecnologia disponibilizada à Sociedade, o avanço nos aspectos voltados para novas aprendizagens e amadurecimento serão conquistados, contemplando os recursos como uma forma eficaz de se obter resultados deste desenvolvimento.

A autora registra o quanto os jovens com deficiência intelectual, apesar de não saberem ler ou escrever, manuseiam o computador fora da escola, assistem a vídeos, participam de redes sociais na internet, usam os celulares ou jogos eletrônicos. Acrescenta-se o uso de smartphones para uso e compartilhar de informações, opiniões, fotos e vídeos feitos por eles, onde são os próprios protagonistas, registrando as atividades da escola, fora da escola, passeios, festas e afins. Alguns já conectados em hábitos de registros de *selfies* e envio para os seus colegas.

Esses hábitos e ações os consolidam como agentes e usuários em potencial.

Ao tratar do tema, o artigo 27 da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, denominada Estatuto da pessoa com deficiência (não delimitando faixa

etária), aborda a Educação como um direito e uma garantia que serão investidos para o alcance do máximo desenvolvimento dos talentos, habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Anteriormente, passando pelas propostas educacionais, acreditava-se que as pessoas com algum tipo de limitação cognitiva pensavam e agiam como “crianças”, logo, as atividades pedagógicas e outras eram infantilizadas e os mesmos sujeitos se apropriavam de uma identidade de “eternas crianças” oferecidas por um outro e internalizadas.

O trabalho pretende representar uma nova ótica nas atividades propostas a este grupo incentivando-os a através das atividades na web serem incentivadas a propor novas hipóteses e a alusão a um novo tipo de proposta metodológica, favorecendo a inclusão no seu sentido mais amplo.

Ao tratar da temática da inclusão digital, Santos (2015, pg. 140) fala da transposição cultural de um mundo analógico para um mundo possível de ser infinitamente modificado; onde os sujeitos poderão sair da condição de espectadores e consumidores para uma ação de “dar forma a sua própria prática”

Inclusão digital supõe apropriar-se ou apoderar-se do novo paradigma técnico midiático para empoderar-se como sujeitos autorais e participativos no espaço e no ciberespaço.

Supõe habilidade dos sujeitos para “ produzir, interagir, desencadear dinâmicas de produção de conteúdos nas mais diferentes linguagens, inclusive potencializando seus processos de alfabetização, em todas estas linguagens” (Santos, 2015 pg.140 apud Bonilla, Oliveira, 2011, pg.24,39)

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Desenvolver estudos visando a construção de tutoriais, na web, de pessoas com deficiência intelectual, baseados na formação profissional pelo paradigma da funcionalidade humana.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- contextualizar o conceito da pessoa com deficiência intelectual e o paradigma da funcionalidade humana;
- identificar o conceito da rede de apoios nos planos de transição para a vida adulta, apresentar fundamentos da Escala de Intensidade de Suportes e resultados do teste Raven como elementos de identificação dos sujeitos;
- descrever os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa;
- elaborar a construção dos tutoriais junto ao grupo protótipo, acompanhando as etapas da apresentação às demais pessoas com deficiência intelectual;
- produzir a formulação e apresentação do produto final.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. METODOLOGIA

3.1.1. TIPO DE PESQUISA

A metodologia aplicada foi uma pesquisa qualitativa, no contexto da pesquisa-ação. Destaca-se Chizotti (2006), quando aborda que a metodologia permite uma melhor reflexão sobre os dados e vem atendendo vários segmentos de áreas de conhecimento, não só da educação.

Ao apresentar a evolução da pesquisa qualitativa, o autor conceitua como:

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZOTTI, 2003, pg.222)

A pesquisa foi desenvolvida na Fundação de Apoio à Escola Técnica – Faetec no município do Rio de Janeiro e na Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais no Município de Duque de Caxias por apresentarem unidades de ensino direcionadas ao atendimento ao público-alvo de pessoas com deficiência intelectual em atividades laborais voltadas para as áreas de Cozinha. Um dos objetivos visava a aplicação do tutorial em outro Município do Estado do Rio de Janeiro onde pudesse ser aferida a aplicabilidade do mesmo.

O procedimento da pesquisa-ação foi descrito por Fernandes (2007, pg. 121) como

aquela que dará origem a formulação de um problema: a partir de uma definição claramente inicia-se uma série de coleta de informações, documentais ou orais que busque as melhores ações para com a avaliação e os resultados apresentados, que podem implicar a redefinição do problema.

E ainda Fonseca (2002, pg. 34) acrescenta que

A pesquisa-ação pressupõe uma participação planejada pelo pesquisador na situação problemática a ser investigada. O processo da pesquisa recorre a uma metodologia sistemática, no sentido de transformar as realidades observadas, a partir da sua compreensão, conhecimento e compromisso para a ação dos elementos envolvidos na pesquisa

Para tal, a proposta da investigação teve como finalidade utilizar o recurso da filmagem para as etapas do pré-teste na construção dos tutoriais. Belei (2008) apresenta a vídeo-filmagem como um recurso complementar

significativo na ampliação, maior compreensão e apropriação da observação nas pesquisas educacionais.

Nota-se que os indivíduos da pesquisa foram submetidos a uma descrição dos objetivos e dos métodos que foram oferecidos, as exigências científicas e éticas, o propósito das informações e sigilo aplicado a qualquer proposta de pesquisa. (BELEI, 2008, pg. 189).

O trabalho foi desenvolvido na unidade 1 através da palestra e encontro com os professores participantes das instituições abordando o Paradigma de Suportes, aplicações do Teste Raven e da Escala SIS (alunos, responsáveis e profissionais) para a seleção dos sujeitos, encontro com os responsáveis para a explanação da pesquisa e assinatura dos termos de livre consentimento, reunião com os instrutores responsáveis pelas turmas envolvidas, filmagem dos pré-testes e gravação dos tutoriais da aula de Auxiliar de Cozinha e Cumim, edição dos tutoriais, reaplicação com as mesmas etapas na Unidade 2 e apresentação dos tutoriais, reaplicação e aferição dos resultados.

Essa pesquisa foi aprovada pela Escola de Inclusão da Universidade Federal Fluminense¹¹. A Escola de Inclusão tem o objetivo geral de (in)formar licenciandos culturalmente diferenciados para o uso de linguagens, códigos e recursos aplicáveis a sujeitos que apresentem dificuldades de comunicação e sinalização; acesso inclusivo a conceitos científicos e conteúdos escolares; para a produção de materiais didáticos ou de divulgação acessíveis em sua área de conhecimento, aplicáveis a sujeitos que apresentem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino formal (escolas públicas e privadas) e não-formal (museus, centros e casa de cultura).

Respeitaram-se os princípios éticos e os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido após sua leitura e explicação na presença de testemunha aos sujeitos e familiares envolvidos.

¹¹ A Escola de Inclusão é um Laboratório de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal Fluminense que visa a (in)formação para o ensino, criação/produção de materiais didáticos acessíveis e divulgação científica e cultural nas áreas da educação especial e inclusiva. Fonte: www.escoladeinclusão.uff.br acessado em 15 de junho de 2016.

3.1.2. ETAPAS DA METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa-ação se desenvolveu nas seguintes etapas:

1. Apresentação à equipe de profissionais do CAEP Favo de Mel/ Faetec (Unidade 1) sobre o Paradigma das Funcionalidades e a Escala de intensidade de Suportes, apresentando a proposta da pesquisa;
2. A aplicação dos testes Raven e da Escala de Intensidade de Suportes como instrumentos para o fechamento do diagnóstico da deficiência intelectual de 36 pessoas, entre 18 e 40 anos, alunos das instituições e seus familiares;
3. Reaplicação das 36 Escalas de Intensidade de Suportes com os profissionais que atendem aos alunos selecionados;
4. Reunião com os instrutores das turmas de Auxiliar de Cozinha e Cumim (auxiliar de garçom), da Favo de Mel, e na Escola de Hotelaria da Faetec, explicando sobre os objetivos da pesquisa (Planejamento das ações) e objetivando a parceria para a realização;
5. Entrada no campo de pesquisa selecionando os jovens com Síndrome de Down maiores de 18 anos dos cursos de Cumim e Auxiliar de Cozinha do Caep Favo de Mel;
6. Estudo dos materiais científicos existentes sobre tecnologias digitais de informação e comunicação
7. Levantamento dos tutoriais a serem apresentados e realização da coleta de dados através da aplicação do pré-teste. Foi realizado um questionário semi-aberto com perguntas aos sujeitos selecionados. A coleta teve como objetivo aferir o conhecimento prévio que possuíam do conceito de TUTORIAIS e das possibilidades de uma pessoa com deficiência intelectual executar o que viram.
8. Construção dos tutoriais, tendo como dois alunos do curso de Cumim e de Auxiliar de Cozinha na Escola de Hotelaria da Faetec;
9. Apresentação à equipe de profissionais da Fundec Inclusão (Unidade 2);
10. Aplicação do teste Raven e Escala de Intensidade de suportes aos sujeitos na Unidade 2;
11. Aplicação do pré-teste e tutoriais de exemplo aos sujeitos da Unidade 2
12. Apresentação dos tutoriais ao grupo protótipo da Unidade 2 para a reaplicação do tutorial;

13. Elaboração do CD-ROM;
14. Avaliação dos resultados.

3.1.3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA: CONTEXTO E SUJEITOS

Para atingir o objetivo proposto foram selecionadas duas unidades públicas de ensino em dois diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro que oferecessem espaços de educação profissional nas áreas de Hotelaria para adultos com deficiência intelectual, tendo como critérios: espaços reservados para aulas práticas de cozinha, interesse em participar da pesquisa, a disponibilidade de tempo para as gravações dos tutoriais e a assinatura do termo de livre consentimento prevendo a utilização das imagens para fins acadêmicos e científicos.

Os encontros e palestras com profissionais, alunos e responsáveis; a aplicação dos testes Raven e da Escala SIS; o encontro com os instrutores; a seleção dos alunos; gravação; edição dos tutoriais e a replicação nas Unidades 1 e 2 e a construção de um *CD room*, totalizaram 14 meses de trabalho contínuo envolvendo a pesquisadora, colaboradores da equipe do NEEI e parceiros para edição dos vídeos.

Contexto

O critério de escolha foi a disponibilidade e interesse pela produção científica da equipe de gestão e profissionais de cada unidade, bem como a disposição dos mesmos na cessão da carga horária e espaços dos seus laboratórios para a confecção do trabalho.

Unidade 1: Centro de Apoio Especializado a Educação Profissional - Escola Especial Favo de Mel- Faetec

A Escola está localizada em Quintino Bocaiúva, um tradicional bairro residencial do subúrbio da Central, pertencente à XV Região Administrativa. Dentre as práticas culturais do bairro está a tradicional Festa na Igreja matriz de São Jorge, que ganhou destaque com a criação do feriado municipal de São Jorge, 23 de abril.

Quanto à educação, no bairro, há escolas privadas, municipais e estaduais, sendo o Complexo Quintino da rede Faetec, que abrange da educação básica ao ensino superior, o de maior referência – onde está inserido o CAEP -Favo de Mel.

Em seu entorno, estão localizadas as comunidades da Caixa d'Água, Dezoito, Fubá e Camarista Méier.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano, no ano 2000, era de 0,850, o 55º melhor da cidade do Rio de Janeiro ¹²

O conjunto de escolas que hoje é conhecido como Complexo de Quintino foi adquirido pelo Governo Federal em 6 de agosto de 1906. À época, a ex-Fazenda da Bica passou a funcionar como Escola Correccional Quinze de Novembro, que abrigava a infância desamparada. Posteriormente foi chamada de

No ano de 1993, o Complexo de Quintino (já em âmbito estadual) passou a ser denominado Centro de Educação Integrado. Em fevereiro de 1995, com nova Administração, passou a chamar-se Centro de Educação Integral – CEI e posteriormente chamada Fundação de Apoio à Escola Técnica – Faetec.

O CAEP Favo de Mel representa o fruto do processo de resignificação da Escola Especial Favo de Mel. Como cenário principal do trabalho, pertencente a essa fundação, encontra-se subordinada à Diretoria de Desenvolvimento da Educação Básica e Técnica - DDE que é vinculada a Vice-Presidência Educacional da Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC) órgão subordinado à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

¹² Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Quintino_Bocaiuva_\(bairro_do_Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Quintino_Bocaiuva_(bairro_do_Rio_de_Janeiro)) acessado em 27 de junho de 2016

Segundo Lopes (2014), no ano de 1998, a Favo de Mel, vendo as mudanças institucionais, trabalhadas em prol da consolidação das suas ações em prol da qualidade, foi certificada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o Selo de Qualidade ISO 9.002 e premiada pelo Programa Qualidade Rio/ Gestão Rumo a Excelência. A certificação proferida pela ABNT é legítima até a presente data, tornando a Favo a primeira e única escola pública de atendimento especializado do Mundo com ISO 9001. No ano de 2013 recebeu a Moção de Reconhecimento da Câmara dos Vereadores do Município do Rio de Janeiro, pelos serviços prestados a Sociedade.

Há 19 anos vem promovendo a inclusão em educação profissional das pessoas com deficiência intelectual, de modo a favorecer o fluxo das políticas, atividades pedagógicas e administrativas voltadas ao tema.

Unidade 2 – A Fundação de Apoio a Escola Técnica e Políticas Sociais (FUNDEC) – Fundec Inclusão

A FUNDEC nasce em 2005, e contribui para a melhoria contínua da qualidade de vida dos munícipes, além de promover o desenvolvimento profissional e crescimento pessoal, coincidindo positivamente com os pré-requisitos para a melhoria do índice de desenvolvimento humano – IDH, através de parcerias, convênios e projetos educacionais, de Esporte e Lazer e Culturais a fim de atender a população caxiense.

A Instituição conta com nove escolas, sendo oito FUNDECs profissionalizantes (Gramacho, Parque Lafaiete, Pilar, Parque Paulista, Jardim Primavera, Dr Laureano, Centenário, Tamoio-XERÉM), e uma para atendimento a pessoas com deficiência (FUNDEC Inclusão e Trabalho – 25 de agosto).

A Fundec Inclusão é uma unidade localizada no bairro 25 de agosto no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Ela desenvolve atividades socioeducativas e promove a qualificação profissional em ações com uma equipe interdisciplinar (assistente Social, fisioterapeuta, pedagogas, professores de educação física, psicóloga e técnica de Nutrição) junto a educandos, em sua maioria oriundos de famílias com baixa renda.

Seus públicos alvos são jovens e adultos com deficiência intelectual

(Síndrome de Down e outros) e transtornos do espectro do autismo na faixa etária de 18 anos a 29 anos, de várias etnias, apresentando histórico escolar desde classe especial a ensino regular no ensino médio.

Dentro deste escopo, possuem o projeto chamado Inclusão e Trabalho financiado pela Petrobrás BR. que tem como objetivo possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e transtorno do espectro do autismo por meio de atividades socioeducativas e do trabalho.

Atualmente atende 100 alunos nas diferentes oficinas de cozinha e informática

3.2. DESENVOLVIMENTO

3.2.1. APLICAÇÃO DA ESCALA DE INTENSIDADE DE SUPORTES

Ao se trazer Escala de intensidade de suportes e o Teste Raven preconizamos identificar, para o objeto da pesquisa, as pessoas que possuem deficiência intelectual e aferir as suas potencialidades.

Ao utilizarmos este instrumento não validamos o uso do mesmo com fim clínico e, sim, trazer a contribuição psicométrica para a clareza dos dados e dos sujeitos.

3.2.2. MATRIZES PROGRESSIVAS COLORIDAS DO TESTE RAVEN

John C. Raven na Universidade de Dumfries, Escócia, foi o idealizador deste teste padronizado e publicado em 1938. A forma original, denominada Matrizes Progressivas Standard (Standard Progressive Matrices – SPM), é conhecida no Brasil como Escala Geral. Ela foi “planejada para abranger todas as faixas de desenvolvimento intelectual, desde o momento em que a criança é capaz de compreender a idéia de encontrar o pedaço que falta para completar um desenho” (Angelini et al., 1999)

O teste não verbal de múltipla escolha tem por objetivo aferir o quociente intelectual dos sujeitos.

Em 1947, o autor cria as Matrizes Progressivas Coloridas (Coloured Progressive Matrices – CPM) com o objetivo de aplicar a crianças pequenas, pessoas consideradas idosas e com deficiência intelectual.

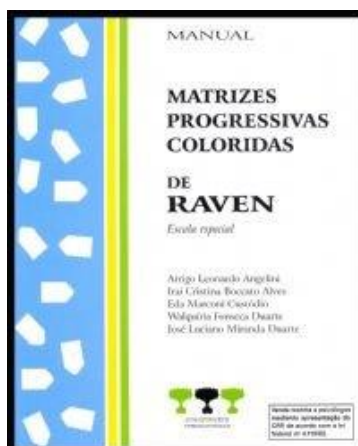


Figura 4 - Capa do Teste Raven

Fonte: <http://www.orelhadelivro.com.br/livros/233062/raven-infantil-matrizes-progressivas-coloridas-manual/> acessado em 26/06/2016

As Matrizes Progressivas Coloridas são formadas por três séries de 12 itens: A, Ab e B. Os itens estão dispostos em ordem de dificuldade crescente em cada série, sendo cada série mais difícil do que a série anterior. No início de cada série são sempre colocados itens mais fáceis. O propósito é permitir ao sujeito num novo tipo de raciocínio, que será contemplado para o item seguinte. Incide em um desenho ou matriz com uma parte faltando, abaixo são oferecidas seis alternativas, uma das quais completa a matriz corretamente. O sujeito deve escolher uma das alternativas como a parte que falta. A escala colorida tem este nome pois a maior parte de seus itens são impressos com um fundo colorido favorecendo a atenção dos examinados.

O trabalho foi desenvolvido com recursos tecnológicos em ambientes online já contemplados no Laboratório de redes de comunicação voltadas às pessoas com deficiência da Unidade (fomento Faperj), com a parceria da

unidade da Favo de Mel que possui cursos de formação inicial e continuada a pessoas com deficiência intelectual e a Escola de Hotelaria da Faetec que oferece cursos voltados a panificação, formação de garçons, barman e outros.

4. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Foram realizadas 32 aplicações do Teste Raven e 36 Escalas de Intensidade de Suportes. Para fins de seleção da pesquisa sinalizamos os resultados obtidos

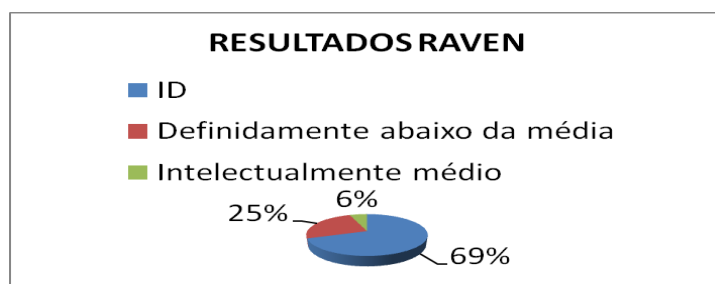


Gráfico 1- Resultados dos Testes Raven

Fonte: a autora (2016)

Tabela 1: Resultados da aplicação do Teste Raven

RESULTADOS RAVEN	TOTAL DE ALUNOS	PORCENTAGEM
ID	25	69,44%
Definidamente abaixo da média	9	25,00%
Intelectualmente médio	2	5,56%
TOTAL	36	100%

Fonte: a autora (2016)

Vídeo experimental

A primeira gravação experimental foi realizada dentro de uma aula do curso de Cumim, com a presença de toda a turma e a do instrutor transmitindo as orientações necessárias para a formação de um Auxiliar de Barman¹³, utilizando o conteúdo curricular de confecção de drinks e bebidas.

Nessa primeira experiência observa-se a mediação direta e presencial do instrutor, caracterizando uma aula presencial.

As primeiras gravações tiveram como base as avaliações do Raven, os resultados da Escala SIS e a experiência em ambientes virtuais. A seleção trouxe a possibilidade de um aluno do curso de Auxiliar de Cozinha e outro aluno do curso de Cumim.¹⁴

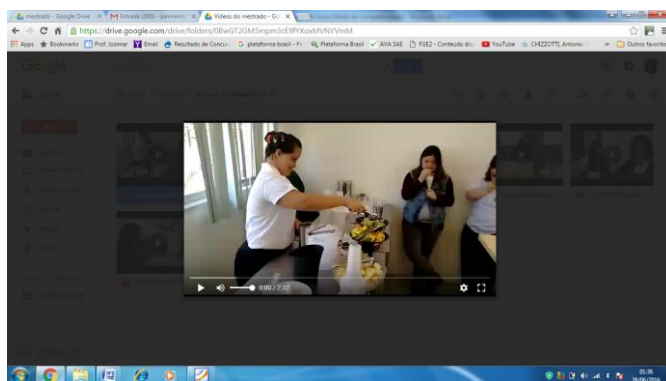


Figura 5 - aula experimental de Barman realizada na Unidade 1

Fonte: a autora (2016)

¹³ Segundo o Código Brasileiro de Ocupações, profissional que equivale a atuação de Cumim .
Extraído de <http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/513420-barman> , acessado em 26/05/2016

¹⁴ Os termos de direito de imagem foram solicitados e estão sob guarda do pesquisador.



Figura 6 - Vivência laboral na Escola de Hotelaria Fonte: a autora (2016)

Palestras para os profissionais sobre o Paradigma das funcionalidades e a Escala SIS

As reuniões e palestras foram voltadas para apresentar a base teórica prática e os estudos voltados à funcionalidade e à rede de suportes que aborda o foco na funcionalidade em detrimento dos níveis de deficiência (Fernandes,2010), favorecendo a construção de planos individuais de transição.

Apresentamos a Escala de Intensidade de suportes como instrumento que norteia esta investigação.

A primeira reunião foi dinamizada em um encontro na sala dos professores.

Posteriormente, foram realizadas duas palestras: a primeira proferida pela pesquisadora sobre Transição para a vida adulta e utilizou-se da tradução feita neste trabalho de Mestrado do Guia: *Family Information Guide to Assistive Technology and Transition Planning* produzido pela *CTD Institute*, onde já se apresenta o paradigma de suportes aos familiares desde a gestação de um indivíduo com deficiência. O guia pretende apresentar a Rede de apoios existentes em diferentes áreas nos Estados Unidos, favorecendo que as famílias construam seus planos de transição.

A segunda palestra foi sobre o Paradigma de suportes proferida pela Profa. Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes no Centro de Estudos da Unidade

1. Cerca de 35 professores e convidados de outras unidades da Faetec estiveram presentes.

Após, foi proferida palestra na Unidade 2 apresentando as Funcionalidades das pessoas com deficiência intelectual baseado no Paradigma de Suportes e a Escala SIS, conclamando aos participantes a uma revisão de seus modelos, baseados na orientação da AAIDD. Bem como, apresentou-se a proposta da pesquisa para os profissionais.



Figura 7 - Sensibilização para profissionais na Unidade 2

Fonte: a autora (2016)

Pré-testes filmados: sujeitos M1 E M2 da Unidade 1

As entrevistas semiestruturadas iniciais foram adaptadas à compreensão dos sujeitos e registradas através das filmagens.

Tratamos como contribuição estudos voltados à educação na atual fase da cibercultura, entendendo esta como uma cultura contemporânea estruturada pelo uso das tecnologias digitais nas esferas do ciberespaço.

O ciberespaço é um conjunto plural de espaços mediados por interfaces digitais que simulam contextos do mundo físico, das cidades, suas instituições, práticas individuais ou coletivas já vivenciadas pelos seres humanos ao longo de sua história. Além disso, e, sobretudo, instituiu e vem instituindo contextos e práticas originais e inovadoras. (Santos, 2005 pg.135)



Figura 8 - Pré teste sujeito M1¹⁵

Fonte: a autora (2016)

As questões do Pré-teste foram:

- “Você sabe o que é um tutorial?”
- “O que você entende por vídeo – aula?”
- “Já viu alguém ensinando algo no Youtube?”

O Sujeito M1 desconhece o tema no primeiro momento e afirma que:

- “Minha mãe nunca falou deste assunto”

Não reconhece o termo: “vídeo-aula”, porém ao ser perguntada considera que seja algo “bonito” e “legal”. Ao assistir um tutorial sobre amarração de barbantes a mesma considera “maneiro” e demonstra o interesse.

O ponto crucial foi quando assistindo um tutorial sobre a confecção de um quiche, o sujeito M1 coloca que havia algo de errado. Ao ser inquirida a esclarecer, a mesma responde:

- “ - não se pode cozinhar com anéis e nem com esmalte nas unhas”

¹⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=z14IT9bBI3s> acessado em 28/06/2016

¹⁶ Disponível no <https://www.youtube.com/watch?v=jV6b5w518Uo> acessado em 28/06/2016



Figura 9 - Tutorial 1 : Aula de auxiliar de cozinha :Confecção de quiche de queijo

Fonte: a autora (2016)

O primeiro tutorial foi realizado com a presença do instrutor relembrando em cada etapa do processo.

O sujeito da pesquisa apresentou-se tensa pelo estranhamento mas pode desenvolver, demonstrando conhecimento técnico da qualificação profissional que obteve na área. Em todo o tempo foram registradas as suas falas espontâneas e se viu semelhante a uma apresentadora de TV na área de culinária.

Uma das falas que chamaram a atenção de todos foi a auto-afirmação e a representação social da *mulher* quando fala:

-” desta forma que você prende o homem, pelo amor! ”.

-“ Hoje eu me sinto mais mulher! ”

A preparação e gravação teve a duração de 2 horas.

TUTORIAL 2: Aula de cumim – Arrumação da mesa

Após a gravação do primeiro, iniciou-se a confecção do segundo Tutorial, abordando conteúdos de componentes curriculares do curso de cumim (auxiliar de garçom): arrumação da mesa (talheres e utensílios) e atendimento ao cliente. Com vistas à perspectiva da acessibilidade, a proposta foi inserida com legendas em português e tradução em Libras com duração de 13:32.

Destaca-se apenas um único momento de pausa na apresentação no primeiro minuto, logo após, o sujeito M2 transcorre toda a gravação sem necessidade de pausar para relembrar ou fixar a atividade.



Figura 10- Tutorial da aula de cumim: auxiliar de garçom¹⁷

Fonte: a autora (2016)

Nota-se a atenção aos detalhes técnicos pertinentes a arrumação e distribuição das toalhas, a precisão da quantidade de líquido em cada copo colocado e a descrição de cada etapa do procedimento. Revela a habilidade e o conhecimento adquirido durante o curso.

A presença do instrutor se fez necessária apenas para a apresentação de cada etapa (arrumação das toalhas, arrumação dos pratos e talheres e atendimento ao cliente). O sujeito M2 foi desenvolvendo sem mediação e de

¹⁷ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6r7_surmlqk
Acessado em 28/06/16

forma espontânea vai orientando mostrando desenvoltura perante a situação de uma filmagem.

A preparação e duração da filmagem foi de 55 minutos.

Reaplicação na Unidade 2 – Fundec Inclusão

Os sujeitos selecionados estão matriculados no Curso de Auxiliar de Cozinha da Instituição, possuem entre 18 e 30 anos e tem Síndrome de Down.



Figura 11 - Pré-teste do sujeito 1

Fonte: a autora (2016)

O entrevistado compreende as perguntas realizadas e responde com palavras soltas (“sim” ou “não”). Tal como os da unidade 1 não identifica o conceito de tutoriais ou vídeo – aulas. Após a apresentação do tutorial da confecção de uma mesa, se reconhece afirmando que se vê capaz de realizar a proposta.



Figura 12 - Pré-teste do sujeito 2

Fonte: a autora (2016)

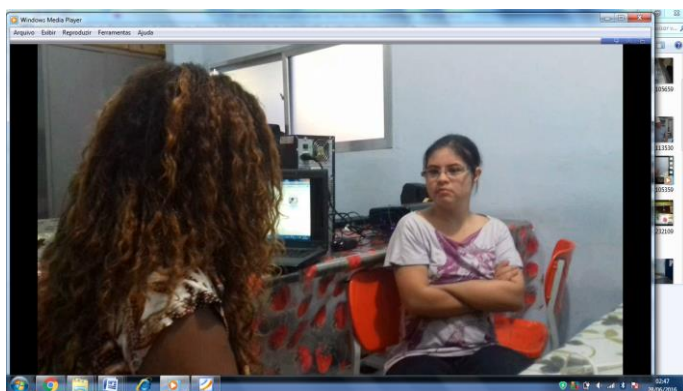


Figura 13: pré-teste do sujeito 3

Fonte: a autora (2016)

Foram perguntadas sobre a temática, porém, não reconheciam o conceito. Após a apresentação do tutorial exemplo, elas relacionaram as experiências como telespectadoras e se reconheceram capazes de fazer. Uma delas com euforia e relacionando a outros artistas da televisão

Reaplicação na Unidade 2



Figura 14: Aula de cumim - arrumação da mesa S1

Fonte: a autora (2016)

Replicação na Unidade 2 – S2 E S3: Aula de auxiliar de cozinha:
confeção do quiche de queijo



Figura 15 - Reaplicação do tutorial: quiche de queijo sujeito 2

Fonte: a autora (2016)

No primeiro momento, o sujeito 2 estava sozinho fazendo a massa, de forma meticulosa, detalhista e atenta a cada parte do tutorial que assistia demonstrando atenção, memória e disponibilidade para a prática.



Figura 16- Confeção do quiche de queijo:sujeito 2 e 3

Fonte: a autora (2016)

Com isso, foi criado um CD-ROM explicativo para profissionais das Redes de apoio e a para a sociedade. O objetivo é que possa ser um recurso que viabilize o desenvolvimento e aprendizagem das pessoas com e sem deficiência.

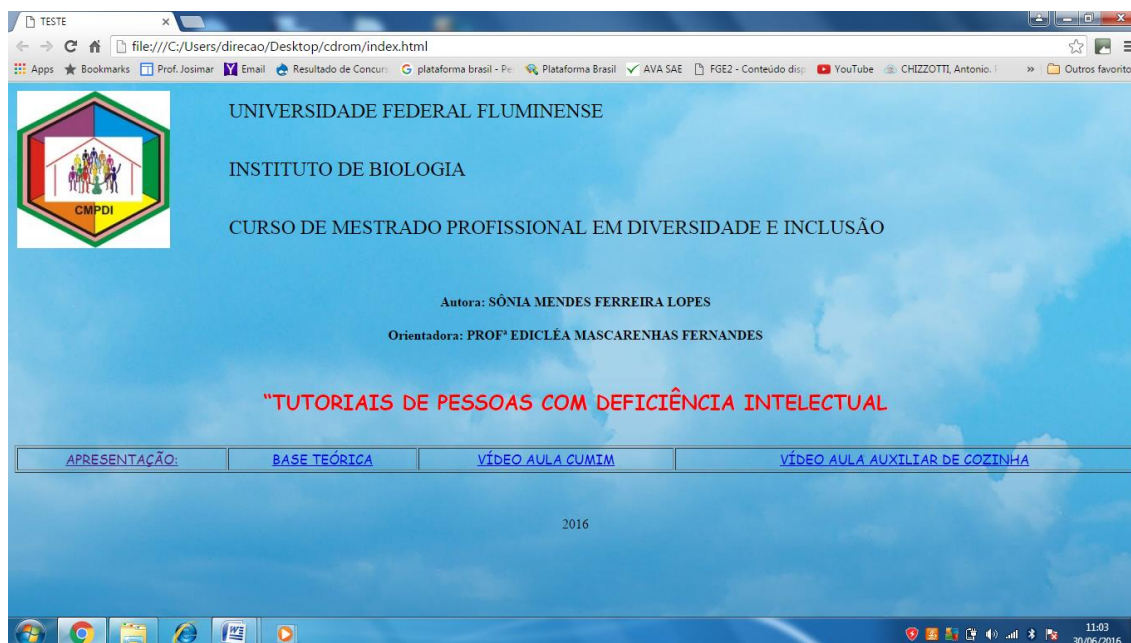


Figura 17: Apresentação do CD-ROM

Fonte: A autora (2016)

O paradigma da Funcionalidade Humana também foi aporte teórico em várias ações de divulgação científica pelo Estado do Rio de Janeiro, onde a pesquisadora tem acompanhada de jovens e adultos com deficiência intelectual colocando em prática a questão do “ Nada sobre nós sem nós, a saber:

4.1. “As pessoas com deficiência e acessibilidade nos Museus”, palestra proferida no I Encontro de Educadores especiais e educadores de museus.

4.2. Participação na Semana Acadêmica da UFF na mesa redonda sobre “Turismo e Hospitalidade Inclusiva” promovida pela Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF, junto com a orientadora da pesquisa professora Doutora Ediclêa Mascarenhas Fernandes. Nesta ultima palestra, uma aluna com deficiência intelectual do Curso de Auxiliar de Cozinha do CAEP

Favo de Mel foi convidada a compor a mesa no intuito de compartilhar as suas experiências no Mundo do trabalho (numa ação investigativa de depoimento onde eles estão falando por eles).



Figura 18 - Palestra na Semana Acadêmica da Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF (2014)

Fonte: a autora (2016)

4.3. Curso de capacitação para o atendimento de pessoas com deficiência intelectual na área de turismo e hotelaria e Inclusão Laboral com a presença de profissionais da Faculdade de Turismo e hotelaria da UFF, Cedae, Rio Solidário e Sesc (Julho e Agosto de 2015). Totalizando 16 horas.

4.4. Aprovação de Comunicação Oral no Congresso de Avaliação Psicológica realizado na Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo intitulado: Avaliação Psicológica em deficiência intelectual: Teste Raven e Escala SIS como instrumentos de apoio

4.5. Realização da Oficina “Nada sobre nós: sem nós! ”: as funcionalidades das pessoas com deficiência intelectual no II Encontro de Diversidade e Inclusão promovido pelo CMPDI da Universidade Federal Fluminense.

Com o envolvimento no tema proposto e na investigação realizada nas diferentes mídias, uma restrita produção científica voltada para ações de construções que envolvam as pessoas com deficiência intelectual como

agentes do próprio fazer pedagógico. Ainda sendo tratados de forma pejorativa, a ideia do “retardado” ainda perpetua no imaginário social e ainda são pouco expressivas as reais oportunidades desses indivíduos revelarem seus potenciais.

Cabe a escola, no seu papel primordial de promover e disseminar o valor da escolarização, posicionar as oportunidades de aprendizagem crescentes, contribuindo junto à Sociedade com estratégias pedagógicas inovadoras para alcançar as pessoas que vivem em um mundo globalizado, imersas num ambiente rico de estímulos que vem desde a TV, celulares, vídeo clips, youtube e outros atrativos para uma geração, que possuindo ou não deficiência, estão no século XXI.

Em aspectos que envolvam a autonomia e o autogerenciamento destes indivíduos – aprendentes, proporcionando a discussão das possibilidades e oportunidades existentes para que os mesmos possam se expressar e apresentar passo a passo de atividades laborais possíveis de serem difundidas e compartilhadas.

Durante o período das gravações e do levantamento de vídeos nas mídias, foram encontrados alguns de pessoas com deficiência intelectual, por exemplo no Facebook Brasileiro, onde falavam de seus desejos, experiências, porém, com uma fala característica e de pouco entendimento do que estava sendo emitido¹⁸ ou cantando músicas de sua preferência.¹⁹ Pontua-se a questão da acessibilidade deste instrumento para a efetividade do alcance a Sociedade.

Durante o estudo, o recorte da aplicação da Escala SIS pelo mundo, tendo como destaque as experiências no México, Chile, Espanha, Israel, Brasil e outros; bem como um levantamento dos vídeos existentes que envolvam jovens e adultos com deficiência intelectual se expressando, ressalta a relevância do incentivo de produções voltadas ao protagonismo destes sujeitos e suas construções de aprendizagem.

¹⁸<https://www.facebook.com/leandro.calheiros.165/videos/pcb.472240219644489/472239986311179/?type=3&theater>

¹⁹<https://www.facebook.com/jessica.azevedorodrigues.5?fref=ts>

No contexto, a elaboração de tutoriais onde os indivíduos tiveram acesso à aprendizagem online de situações da vida adulta, ligadas à área da qualificação profissional representa um ponto inovador. O Caep Favo de Mel e a Fundec Inclusão são instituições que se destacam no Estado do Rio de Janeiro oferecendo este serviço baseado na Norma Brasileira de Ocupações adaptada aos jovens com deficiência intelectual.

Durante a confecção dos tutoriais observou-se que o envolvimento da tarefa proposta a cada aluno. Nota-se que, quando o mesmo é desafiado e na própria ação não consegue dar conta de determinada tarefa, visualizamos a perspectiva e a entrada do raciocínio, tal como Vygostsky nos aponta em seus escritos.

Em determinado momento da filmagem a aluna, ao decorrer da confecção do quiche, olha para a câmera e diz: “ – eu me sinto mais mulher!!!” Esta exclamação nos aponta para o fato de que as funcionalidades ali desempenhadas, a experiência histórica e cultural do “feminino” estão inseridas em seu simbólico, proporcionando uma afirmativa como essa.

Visualiza-se que para o indivíduo com deficiência intelectual sentir-se autônomo e ativo no mundo laboral caberá uma sequência de ações que gerarão novas aprendizagens, influenciando sobremaneira a representação social que possui de si e do outro.

A proposta do tutorial feito por pessoas com deficiência intelectual para outros da Sociedade levará a uma ampliação deste na Cultura onde está inserido. No momento em que os tutoriais são de pessoas com deficiência e vinculados em espaços midiáticos, qualquer sujeito da Sociedade estará sendo influenciado pelo fenômeno real das funcionalidades destes indivíduos favorecendo uma mudança de olhar, ação e atitude.

A discussão que se propõe é que haja uma reflexão e discussão dos discursos que permeiam as práticas inclusivas; o quanto falamos e propomos estratégias, metodologias, ações voltadas às pessoas com deficiência sem ouvi-las e/ou trazê-las para que possam ser agentes em cada etapa do processo de construção de um novo método.

Não obstante isso, falamos de um enunciado que gerará na Sociedade um novo paradigma político-ideológico de como desencadear novas ações pela

via da tecnologia digital de comunicação e informação com as pessoas com deficiência intelectual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. CONCLUSÕES

Estamos acostumados a falar por eles, sobre eles... Mas é preciso também dar voz às pessoas com deficiência, torná-los de fato protagonistas de suas próprias vidas.

Isso evita que nossas práticas gerem uma espécie de inclusão excludente; aquela que, formalmente, respeita direitos, mas mantém discriminação e exterioridade, sobretudo porque impede ou limita a relação entre as diferenças no campo social. (SOUZA,2014)

Este trabalho objetivou promover um estudo visando a construção de tutoriais, na web, de pessoas com deficiência intelectual, baseados na formação profissional pelo paradigma da funcionalidade humana tendo com instrumento de avaliação dos sujeitos a Escala de Intensidade de Suportes e o Teste Raven.

A Conferência de Jontien, em seu artigo 3, intitulado: “Universalizar o acesso à educação e promover a equidade”, pontua no inciso 5 que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Por isso, ampliando o olhar científico a respeito do tema: ” Nada sobre nós, sem nós”, propomos uma ampliação para “ Nada sobre nós, sem os nossos”. Esta releitura pressupõe acrescentar a ideia gramatical do signo: “nossos”, refletindo sobre como o pronome pessoal no plural enfatizará a garantia de fala e escuta destes indivíduos.

Torna-se necessário entender que a pesquisa pressupõe uma compreensão de uma obra em construção. A apropriação da autoria das

peças com deficiência intelectual na sua apresentação, impressão e/ou avaliação de um fenômeno representa uma conquista essencialmente de um processo inacabado e infinito. Inúmeros materiais poderão surgir baseados na apresentação e resultados desta investigação. Como o ser humano é uma obra inacabada e infinita de possibilidades, a Ciência acompanhará e avançará a partir do momento em que não subestimar as funcionalidades das pessoas, no caso, com deficiência intelectual.

Durante anos as palavras “apoio” ou “suporte”, em vários settings terapêuticos, educacionais e em alguns momentos no próprio senso comum, estavam carregadas de um sentido pejorativo ou negativo. Eram associadas apenas a ideia e proposta tão necessária de instrumentos como muletas, escudos etc. Num contexto simbólico, as pessoas que faziam uso eram aquelas que não conseguiam resolver seus problemas ou dilemas da vida sozinhas.

- “Fulano, não use isso (ou alguém) como apoio”

- “ Você precisa encarar este desafio sozinho, sem utilizar-se de apoios ou suportes”

A pesquisa propõe uma outra leitura. Contrária a essa forma de se encarar a vida e os desafios, a proposta está alicerçada em um novo (e libertador) paradigma. Consta-se a real necessidade e o valor dos apoios para a execução de diferentes tarefas, desafios de vida, superação de obstáculos e promoção de encontros verdadeiros e reais.

Fonseca (1980, *apud* RAMALHO,2010) aborda o quanto o Outro serve como suporte fundamental para a construção da identidade de um sujeito, da formação do Eu, que proporcionará padrões e formas da qualidade dos relacionamentos futuros. Para o autor, o sujeito se constitui na sua subjetividade com a presença do Outro.

Quando Glat (2004) fala que a autogestão está ligada a um exercício da fala e expressão dos desejos e necessidades destas pessoas, percebe-se, concomitantemente, deverão existir propostas ativas para que a Sociedade respeite e garanta a escuta a estes indivíduos. Por muitos anos, vários grupos minoritários gritavam/gritam, falavam/falam de seus direitos. Quando Glat aborda a questão levanta a importante proposição que referencia garantia de

direitos: tanto de fala quanto de escuta. De que servem seres humanos falantes sem uma escuta garantida e um feedback construtivo?

Ela representa uma mudança de um modelo que o Paradigma das Funcionalidades vem oferecer: as pessoas com deficiência falando por si e rompendo a crença de que não são capazes de aprender, ser, opinar e fazer.

Sendo assim, entende-se que o processo de aprendizagem é algo individual e passível de um tempo diferenciado para cada pessoa diferenciada. Quando falamos da pessoa com deficiência intelectual, esta singularidade se torna evidente. Ao se trabalhar com o recurso do tutorial este princípio não poderá ser esquecido.

Constata-se o valor do professor-instrutor-mediador como um instrumento fundamental para a vivência de cada etapa até a chegada ao resultado final. No contexto da pesquisa que apresentou uma parte da matriz curricular do curso de Cumim, durante as gravações, a presença do facilitador possibilitou a lembrança de destaques ou dados técnicos necessários para a atividade, isto é, do que seria fundamental em cada etapa da montagem da mesa ou da confecção da receita.

No caso do Vídeo com o sujeito M2, na primeira gravação experimental, começou a montagem pela arrumação dos copos. Neste sentido, a entrada do profissional da área foi significativa, lembrando da ordem correta, que deveria dar início: pelos talheres para o melhor enquadramento dos copos.

A pesquisa leva a um entendimento do valor das funcionalidades destes indivíduos, destacando em que situações novas e inéditas, como a confecção e gravação de tutoriais, ou outras que cada educador puder apresentar e oferecer, estas pessoas nos surpreenderão e nos desafiarão a conteúdos novos, revisão das metodologias aplicadas, reflexão sobre o índice de assertividade nos processos educacionais propostos a jovens e adultos com deficiência intelectual.

Mascaro (2016) convida a uma reflexão baseada em Pletsch (2010), abordando que o campo da Educação Especial perpassa pelo caráter da investigação e que, principalmente, cabe avaliar a forma e as condições em que a legislação vigente em nosso país e no mundo poderá ser aplicada ao cotidiano escolar.

Ampliando a reflexão e trazendo para os demais campos da Sociedade, os profissionais de Educação e as diferentes áreas ligadas à promoção e difusão do paradigma da Inclusão precisarão ser instrumentalizados a pensar e refletir sobre as práticas, discursos e até posturas nos diferentes segmentos, afim de promover a Inclusão do jovem adulto com deficiência. Seja no campo laboral, acadêmico, da hospitalidade e do lazer, do exercício da sexualidade, da autonomia, da acessibilidade e outros.

Partindo da experiência da investigação da Escala SIS em outros países, fica evidente o envolvimento dos diferentes agentes e órgãos públicos e outros, investindo diretamente em pesquisas científicas que aprofundem o diagnóstico, conhecimento e novas formas de trabalhos com o público adulto com deficiência intelectual. Constata-se a preocupação e o incentivo a qualidade de vida destes sujeitos e a fundamentação para que haja novas ações promotoras para este fim. Estes exemplos poderão inspirar a Nação Brasileira ao se abordar deste tema, proporcionando a resignificação do conceito da pessoa com deficiência intelectual e suas funcionalidades.

A aplicação da SIS vem favorecendo novas metodologias de trabalho nos diferentes países que esta sendo implementada, viabilizando pelo paradigma das funcionalidades e de suportes, mudanças substanciais nas equipes de trabalho. Com o avanço da qualidade e da vida destes sujeitos os programas de atendimento e/ou educacionais necessitam de atualizações nos serviços apresentados, tais como: inclusão laboral (compreensão e atuação na orientação profissional e acompanhamento), atendimentos educacionais especializados, programas de ensino individualizados, de residência terapêuticas e outros.

A SIS entrará como um provedor de suportes a cada um que esteja no plano de transição para a vida deste sujeito, sendo fundamental para os profissionais, familiares, terapeutas etc.

Por esta via de reflexão, entendemos que os educadores, que de forma geral, foram formados em ambientes aonde a escrita no papel em preto e branco era algo predominante será a peça chave para que haja a apropriação e a adequação a ambientes mais inovadores e atentos a Era em que vivemos,

proporcionando novas metodologias e estratégias ao contexto dos educandos do século XXI.

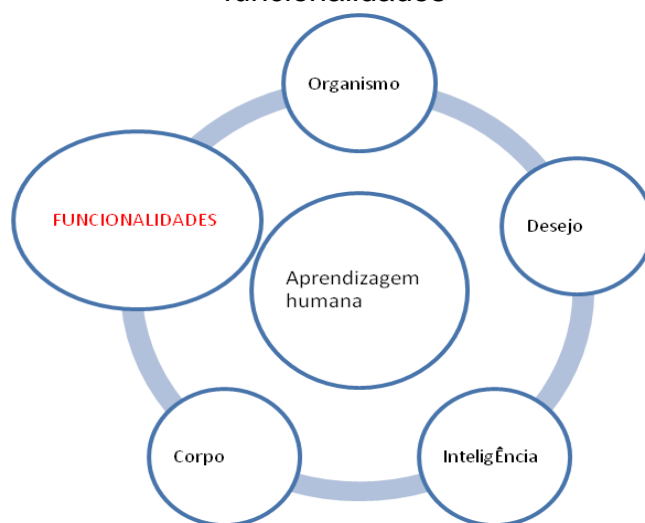
No que se refere às pessoas com deficiência intelectual, garantir que suas potencialidades e as diferentes habilidades tais como: sensoriais, visomotoras, lógicas, espaciais e relacionais possam estar sendo trabalhadas através dos diversos recursos tecnológicos digitais, viabilizarão maior eficácia e efetividade nas situações de aprendizagem tão necessárias ao desenvolvimento global.

A promoção de espaços educacionais mais dinâmicos, interativos, cooperativos, criativos e atualizados a faixa etária destes sujeitos representa o maior desafio na Educação Especial e na formação profissional do adulto com deficiência intelectual para que haja a inclusão na Sociedade.

5.2. PERSPECTIVAS

Ampliando a visão para compreender como se constrói a aprendizagem pela mediação com pessoas com deficiência intelectual, vislumbro um novo gráfico frutificando a contribuição de Fernandez (1991).

Figura 19: Matriz da aprendizagem humana na perspectiva das funcionalidades



Fonte: a autora(2016)

O trabalho evidenciou possibilidades de se aprofundar em cada constructo necessário para a aprendizagem: reconhecer o Organismo enquanto um ente funcional, o Corpo pela via dos estudos da corporeidade, o Desejo como norteador da sede necessária para o conhecimento, um reconhecimento da Inteligência deste indivíduo, porém, aprofundando as funcionalidades deste ser e os apoios necessários a serem inseridos, desde que haja ao redor dele agentes mediadores que enxerguem e invistam no potencial de todas estas áreas. Estar-se-á validando, assim, a necessidade frequente das redes de suportes.

Trabalhos científicos que possuem a base da Escala SIS (THOMPSON, 2004) constataam que se torna pertinente oferecer aos indivíduos adultos, com suas capacidades intelectuais ou limitações, oportunidades e experiências compatíveis com sua idade cronológica respeitando as suas funcionalidades e oferecendo os suportes necessários para o exercício de sua cidadania e individualidade.

Cabe pontuar que é no investimento em propostas, sejam elas tradicionais e ou inovadoras, mas que visualizem qualquer indivíduo com ou sem deficiência como um ser essencialmente e eminentemente “aprendente”, que novos caminhos surgirão em busca desta realização.

Torna-se fundamental, portanto, a revisão da importância dos comportamentos adaptativos e dos níveis de apoio e suportes nas construções dos planos de ensino individualizados e nos planos de transição para a vida adulta.

O produto desta dissertação poderá ser multiplicado e não finalizado em si mesmo, pois poderá suscitar inúmeros tutoriais e possibilidades nas questões relacionadas a diferentes processos, tais como: ensino-aprendizagem em cursos de qualificação profissional para este público e outros, construção de habilidades sociais, autonomia, apropriação e reconhecimento de autoria, mudanças significativas na representação social do sujeito.

Enfim, finalizo parafraseando Moreno (1978) em seu poema “Divisa”, dizendo que esta dissertação representa uma “resposta que provocará uma centena de perguntas”. Este é um dos sentidos da Ciência.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1. OBRAS CITADAS

ALBENAZ, Luciene; BARROS, Rafaela; CASTRO, Magda; RODRIGUES, Suellen; FERNANDES, Ediclea. **Um estudo sobre avaliação de jovens e adultos com deficiência intelectual a partir do enfoque da funcionalidade.**

In: VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. 2011, Londrina. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina: UEL, 2011. Pg.2100-2113

ALMEIDA, Maria Amélia. **Apresentação e análise das definições de deficiência mental propostas pela AAMR-Associação Americana de Retardo Mental de 1908-2002.** Revista de Educação PUC-Campinas, n. 16, 2012.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION. **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio.** Magda França Lopes (Trad.). Porto Alegre 10. ed., 2006.

ANACHE, Alexandra Ayach. **Reflexões sobre o diagnóstico psicológico da deficiência mental utilizado em educação especial.** Recuperado de <http://www.educacaoonline.pro.br>, 2002.

Angelini, A.L., Alves, I.C.B.; Custódio, E.M.; Duarte, W.F. & Duarte, J.L.M. **Matrizes Progressivas Coloridas de Raven : Escala Especial.** Manual. São Paulo: CETEPP,1999

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes.** Semina: Ciências Sociais e Humanas, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2012.

BERNARDES, Liliane Cristina Gonçalves et al. **Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas**. Ciênc Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 31-8, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, 11 de setembro, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Ensino Básico. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Casa Civil. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

_____. Casa Civil. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, 2011.

_____. Decreto 5.296. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm.
Acessado em 27 de junho de 2016.

_____. **Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. (RESOLUÇÃO nº 4). Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, nº 1, janeiro/junho 2008.

BOEHS, Astrid Eggert et al. **A interface necessária entre enfermagem, educação em saúde e o conceito de cultura**. Texto Contexto Enferm, v. 16, n. 2, p. 307-14, 2007.

BOFF, Leonardo. **Crise: oportunidade de crescimento**. Verus Editora, 2002.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

DA CRUZ, Mara Lúcia Reis Monteiro. **Ambiente virtual de aprendizagem para letramento de alunos com deficiência intelectual**. Tese de doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013. 242 fls.

DA SILVA, Kelly Cristina Brandão. **A exacerbação do papel do especialista na educação brasileira: um percurso histórico**. Revista AngelusNovus, v. 1, n. 1, p. 163-189, 2010.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do**

desenvolvimento adulto. Rev. bras. educ. espec, v. 19, n. 2, p. 169-182, 2013.

DIAS, Sueli de Souza. **A quem serve o diagnóstico de deficiência intelectual? um estudo do desenvolvimento adulto na perspectiva da Psicologia dialógica.** 2014.

DO CENSO, Cartilha. Pessoas com Deficiência. **Disponível no site: [http://www. Pessoa com deficiencia. gov. br/app/publicacoes/cartilha-do-censo-2010-pessoas-comdeficiencia](http://www.Pessoa.com.deficiencia.gov.br/app/publicacoes/cartilha-do-censo-2010-pessoas-comdeficiencia)-Acesso em 09/05/2016**, v. 19, n. 05, p. 2015, 2010.

DOS SANTOS, Mônica Pereira. **Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência: uma análise omnilética.** 2012.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Educação para todos, saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências.** Rev. Nossos Meios RBC, edição, v. 14, 1999.

_____. **Fundamentos da Educação Especial-Metodologia Científica.** 1ª edição. Rio de Janeiro, Editora UNIRIO:2007

_____; CORREA, MARIA ANGELA. **Processo Ensino-Aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais: o aluno com Deficiência Mental.** UNIRIO. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Da deficiência à funcionalidade: novos paradigmas de avaliação e acompanhamento de pessoas com deficiência mental/intelectual.** In MENDES, E & ALMEIDA, M.A (Org.). **Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva.** Araraquara, SP: Junqueira & Martins, 2010.

_____ ; ORRICO, Helio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social.** Rio de Janeiro, 2012.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada.** Porto Alegre: Artmed, 1991.

FERREIRA, I. N.; CRUZ, M. M. **Caminhos das letras: alfabetização na era digital.** Rio de Janeiro, 2005.

GLAT, Rosana. **Auto-defensoria/auto-gestão: movimento em prol da autonomia de pessoas com deficiência mental-uma proposta político-educacional.** Belo Horizonte, 2004.

JANUZZI, G.M. **A educação do deficiente no Brasil – dos primórdios ao início do século XXI.** Autores Associados, Campinas,São Paulo,2004

LIBÂNEO, José Carlos. **Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens. Políticas de currículo em múltiplos contextos.** São Paulo:Cortez, 2006.

LIMA, Candice; CUPOLILLO, Mercedes. **A teoria histórico-cultural e a dialética inclusão/exclusão nas instituições de ensino.** Linhas Críticas, v. 12, n. 23, p. 263-278, 2006.

LIMA, Claudia Regina Uchoa de. **Acessibilidade tecnológica e pedadógica na apropriação das tecnologias de informação e comunicação por pessoas com necessidades especiais.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

LOPES, S. M. F. ; FOGLI, B. ; SIANEIS, C. ; ABRAHAO, E. . **Uma Escola muito especial.** 1. ed. Petropolis: De Petrus et alli, 2012. 160p .

LOPES, S.M.F.; CHAGAS, P.M.; Fernandez, E. **Autogerenciamento: uma proposta inclusiva e interdisciplinar para adultos com deficiência intelectual baseado no paradigma da funcionalidade.** In CONINTER, Foz do Iguaçu, 2015.

MASCARO, C.A.A.C **Inclusão e profissionalização do aluno com deficiência intelectual.** Curitiba: Appris,2016.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

NASCIMENTO, Luciana da Silva; GUTIERREZ, Maria GabyRivero de; DE DOMENICO, EdvaneBirelo Lopes. **Programas educativos baseados no autogerenciamento: uma revisão integrativa.** Rev. gaúch. enferm, v. 31, n. 2, p. 375-382, 2010.

NUNES, Rosa Soares. **Nada sobre nós sem nós: a centralidade da comunicação na obra de Boaventura de Sousa Santos.** Cortez Editora, 2005.

ORTIZ, Maribel Cruz et al. **Aplicabilidad de la escala de intensidad de apoyos (SIS), en población mexicana con enfermedad mental severa.** 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica.Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola.** São Paulo: Xamã, p. 101-120, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **10 competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artmed,2000.

PLETSCH, Márcia Denise; BRAUN, Patrícia. **A inclusão de pessoas com deficiência mental: um processo em construção**. Revista Democratizar, v. 2, n. 2, 2008.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Editora NAU/EDUR, Rio de Janeiro, 2010.

PSICOMOTORA, Reabilitação. **O comportamento adaptativo e os apoios**. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DE LISBOA. 2014

QUADROS, Amanda Maciel de. **Práticas educativas e tecnologias digitais de rede: novidade ou inovação? Tese de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2013.

RAMALHO, Cybele M.R. **Psicodrama e dinâmica de grupo**. São Paulo, Ed. Iglu:2010.

REGO, Tereza Cristina. **Vygostky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ:Vozes,1995.

SANCHES-FERREIRA, Manuela; LOPES-DOS-SANTOS, Pedro & SANTOS Miguel Augusto. **A desconstrução do conceito de Deficiência Mental e a construção do conceito de Incapacidade Intelectual: de uma perspectiva estática dinâmica perspectiva dinâmica da funcionalidade**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 18, n. 4, p. 553-568, Out.-Dez. 2012.

SANTOS, Edméa. Educação Online. **Cibercultura e Pesquisa-formação na prática docente**. Tese (Doutorado em Educação) – FACED-UFBA, 2005. Orientador: Roberto Sidney Macedo.

SANTOS, Edméa. **A mobilidade cibercultural: cotidianos na interface educação e comunicação**. Revista Em aberto, Brasília, p.134-145, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1**. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16

SOARES, C.A.L.; LOPES, S.M.F. **De uma Escola Especial a um Centro de Atendimento especializado: Desafios na Gestão Pública**. Artigo monográfico . Rio de Janeiro: CEPERJ, 2013.

SOUZA. **O outro do outro: biopotência da diferença na saúde das pessoas com deficiência**. In: BRASIL, MS/SAS/DAPES. Diálogo (bio)político sobre alguns desafios da construção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, MS, Brasília, 2014.

SPEROTTO, Rosária Ilgenfritz et al. **Aprendizagem em rede: um toque na tela**. Em Aberto, v. 28, n. 94, 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia**. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php> acessado em 23 de agosto de 2015.

THOMPSON, J., Bryant, B., Campbell, E., Craig, E., Hughes, C., Rotholz, D., Shalock, R., Silverman, W., Tassé, M. e Wehmeyer, M. **Supports Intensity Scale- User Manual**. American Association on Mental Retardation, 2004.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VEGA CORDOVA, Vanessa et al .**Necesidades de apoyosen adultos condiscapacidad intelectual institucionalizados: estudioenel contexto chileno. Divers.: Perspect. Psicol.**, Bogotá , v. 8, n. 2, Dec. 2012 .
Acessado em : 19 de fevereiro de 2015.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** Educação e Pesquisa, v. 37, n. 4, p. 863-869, 2011.

VYGOTSKY,L. Fundamentos de Defectologia. Cuba: Editorial Pueblo y Educacion, 1997.

_____. **A formação social da mente.** São Paulo. Martins Fontes,1998.

6.2. OBRAS CONSULTADAS

AAIDD. ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTALDISABILITIES.**Definition of Intellectual Disability.** 2010.
Disponível em:<http://www.aamr.org/content_100.cfm?navID=21> Acessado em:12 de abril de 2014.

AMARANTE, Paulo e Lima, Ricardo (coord.) **Nada sobre nós, sem nós.** Relatório final Oficina Nacional/ Coordenado por Paulo Amarante e Paulo Lima. Rio de Janeiro:s.n.,2009.

ARAUJO, Eliane Campanha. **Deficiência mental, suporte comunitário e transição para o trabalho-** Araraquara, SP: Junqueira e Marin; Brasília, DF: CAPES PRODOC, 2008.

BADESA, Sara de Miguel; MARTÍN, RosarioCerrillo (Coords.). **Formación para La inclusión laboral de personas con discapacidad intelectual**. Madri: Ed Piramide, 2010.

BELEI, Renata Aparecida et al. **O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa**. Cadernos de educação, n. 30, 2008.

BRASIL. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012.

_____.DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD, 2013.

BONILLA, M.H.S.;OLIVEIRA, P.C.S.Inclusão digital: ambigüidades em curso. In: BONILLA,M.H.S.; PRETTO, N. Inclusão digital: polêmica contemporânea. Salvador:Edufba,2011.pg. 23-48

CRUZ, M. et al. **Aplicabilidad de la escala de intensidad de apoyos (SIS), en población mexicana con enfermedad mental grave**.(en prensa). Revista Latino-Americana de Enfermagem.

DE ALMEIDA GIL, Marta Esteves. **Pessoas com deficiência: pesquisa sobre sexualidade e vulnerabilidade**. Temas sobre desenvolvimento, v. 17, n. 98, p. 51-65, 2010.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto.** Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 19, n. 2, p. 169-182, June 2013 . Acessado em 30 de novembro de 2015.

Family Information Guide to Assistive Technology and Transition Planning.
Disponível em <http://ctdinstitute.org/> Acessado em 05 de agosto de 2015.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Tema: Educação “Educação para todos–saúde para todos”: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências.** REVISTA NOSSOS MEIOS art.1, out, 1999.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. **O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33-38, Jan. 2000 . Acessado 14 Junho 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100004>.

LOPES, S.M.F.; SOARES, C.A.L. **De uma Escola Especial a um Centro de Atendimento Especializado: desafios na gestão pública no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.** Artigo científico (especialização) CEPERJ.Rio de Janeiro, 2014.

LOPES, S.M.F.; MASCARO, C.A.; Allan Oliveira. **Inclusão laboral: perspectivas de aplicação de pdpi para aluna com deficiência intelectual e surdez.** In: VII encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2011, Londrina- pr. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2011. p. 2616-2627.

LOPES, S. M. F.; MASCARO , C. A. **Núcleo de Estudos e Pesquisas: ressignificação de uma escola especial.** In: VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial., 2011, Londrina. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina: UEL, 2011. p. 01-10.

MORENO, Jacob Levy. **Psicodrama**. Editora Cultrix, 1978.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – CAEP FAVO DE MEL 2015

SANTOS, Rosemary Santos; SANTOS, Edméa Oliveira. **Cibercultura: redes educativas e práticas cotidianas**. REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA, v. 4, n. 7, p. 159-183, 2012.

VEGA, V. et al. **Calidadde vida yapoyosen personas condiscapacidad intelectual institucionalizados en Chile: estudio piloto**. Psicología, conocimiento y sociedad, v. 3, p. 52-70, 2011.

Links analisados:

http://www.unesco.org/education/pdf/JOMTIE_S.PDF acessado em 12/05/2016

<https://www.youtube.com/watch?v=46L9NDtwEiE>

<https://www.youtube.com/watch?v=dlg8q5ctsdk>

<https://www.youtube.com/watch?v=F5fk1Dnvk8M>

<https://www.youtube.com/watch?v=1gXq1CkQRZA>

<https://www.youtube.com/watch?v=vfGBuSeP8a0>

<https://www.youtube.com/watch?v=46VegvX8InI>

<https://www.youtube.com/watch?v=oFyltkefZjs>

<https://www.youtube.com/watch?v=1SiAoSt1Zzl>

<https://www.youtube.com/watch?v=bHNTpdy0CIM>

<https://www.youtube.com/watch?v=Bramx-CbGA8>

<https://www.youtube.com/watch?v=la6cT1cWCoc>

<https://www.youtube.com/watch?v=GqPumlsZpgE>

<https://www.youtube.com/watch?v=PCOYSjuvHBU>

<https://www.youtube.com/watch?v=IXzqCXLFYIM>

<https://www.youtube.com/watch?v=NBz34EMP5kA>

<https://www.youtube.com/watch?v=Ju-q4OnBtNU&feature=youtu.be>

<http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>.

<https://www.flickr.com/photos/rafaelcapellafotografo/albums/72157649335639019>

<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/196> acesso em 22 de fevereiro de 2016.

<http://www.redehumanizaus.net/94561-nada-sobre-nos-sem-nos-rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia> acesso em 21 de junho de 2016.

<https://aaidd.org/docs/default-source/sis-docs/siswpinternational.pdf?sfvrsn=0> acesso em 24 de junho de 2016.

7. APÊNDICES E ANEXOS

7.1. APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: “Nada sobre nós, sem nós!” Tutoriais de pessoas com deficiência intelectual

Pesquisadora responsável: Sônia Mendes Ferreira Lopes

Instituição a que a pesquisadora pertence: Universidade Federal Fluminense/ Instituto de Biologia / Mestrado Profissionalizante em Diversidade e Inclusão

Tels de contato: (21) 98898-2805

Nome do participante: _____

Idade: _____ R.G.: _____

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é “Nada sobre nós, sem nós! Tutoriais de pessoas com deficiência intelectual”, e está sendo desenvolvida por Sônia Mendes Ferreira Lopes, pesquisadora do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da professora doutora Edicléa Mascarenhas Fernandes, sendo realizada na Escola Especial Favo de Mel (Faetec) e na Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias – RJ (Fundec).

O objetivo do trabalho é desenvolver estudos visando a construção de tutoriais na web de pessoas com deficiência intelectual apresentando o paradigma da inclusão partindo dos pressupostos do autogerenciamento e da ótica da funcionalidade humana.

A finalidade é realizar a pesquisa e publicar os resultados através de: tese, resumos, artigos e produção dos tutoriais.

Serão utilizadas entrevistas semiestruturadas com os alunos selecionados, aplicação da Escala de Intensidade de Suportes e Teste Raven, planejamento e gravação de tutoriais com pessoas com deficiência intelectual

Após a construção de tutoriais voltados para apreensão de conteúdos dos cursos de formação inicial e continuada adaptada nas áreas de cumim (auxiliar de garçom) e auxiliar de cozinha, haverá a apresentação a grupo protótipo de outro município e aferição dos resultados.

Solicitamos a sua colaboração para participar de atividades que envolvem a gravação dos tutoriais com os pesquisadores, como também para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de ciências humanas e sociais ou publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer informações e ou colaborar com as atividades solicitadas pelas pesquisadoras. Caso deseje participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que possa estar recebendo na Instituição.

As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Contatos com as pesquisadoras responsáveis:

Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes: professoraediclea.uerj@gmail.com

Profa. Sônia Mendes – sonmendes02@yahoo.com.br

Caso necessite de maiores informações sobre este estudo, favor ligar para:

Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense UFF: (21)26295126 e (21)26295127.

Professora Edicléa : (21) 99997-8394 ou Professora Sônia (pesquisadora) : (21) 98898-2805

Endereço do trabalho: Rua Clarimundo de Melo 847, Quintino - Rio de Janeiro.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como lhe é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente **de** que receberei uma cópia desse documento.

Os participantes da pesquisa, e comunidade em geral, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina/ Hospital Universitário Antônio Pedro, para obter informações específicas sobre a aprovação deste projeto ou demais informações:

Email: etica@vm.uff.br / fax: (21) 2629 9189

Eu, _____, RG nº _____

entendi e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa "Nada sobre nós, sem nós!" Tutoriais de pessoas com deficiência intelectual

Nome e assinatura do voluntário

Eu, _____, RG nº _____,
responsável legal por _____ declaro ter sido informado
e concordo com a sua participação, como voluntário, no projeto de pesquisa acima
descrito.

Nome e assinatura do responsável legal

Testemunha

Testemunha

Atenciosamente,

Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes

Sônia Mendes Ferreira Lopes

ANEXOS

Matriz Curricular do Curso de Cumim.

CAEP
FAVO DEMEL



Plano do Curso de Auxiliar de Garçom-Cumim

1. Modalidade

Educação profissional

2. Curso

Formação inicial e continuada

3. Nome do curso

Auxiliar de garçom - Cumim

4. Forma de oferta

Presencial

5. Arco ocupacional

Turismo e hospitalidade

6. Objetivos

6.1. Objetivo geral

Qualificar o aluno para a prática específica das atividades de auxiliar de garçom (cumim), com vistas à inclusão no mundo do trabalho.

Essa qualificação será garantida através de uma proposta curricular elaborada com Atividades de Enriquecimento Laboral e Prática Profissional, voltadas para a formação de um auxiliar, facilitador do garçom, no preparo de mesas em restaurantes antes do início de um evento, durante e após no recolhimento de utensílios, levando-os para a copa, na ajuda ao garçom na mudança de pratos, no auxílio aos chefes de cozinha, bem como no desembaraço, limpeza e arranjo das mesas e na contribuição para a boa execução das tarefas do setor.

6.2. Objetivos específicos

- Qualificar pessoas com deficiência intelectual, visando a sua inclusão no sistema produtivo e na própria sociedade;
- Desenvolver suas habilidades básicas e específicas com vistas à empregabilidade.

7. Pré – Requisito

a) Ter idade igual ou superior a 14 anos

8. Ementa

Elaboração de proposta pedagógica composta pelo estudo de diferentes linguagens, conhecimentos matemáticos, informática, ambiente, trabalho e cidadania, com ênfase na prevenção quanto ao uso de drogas e educação sexual. Atendendo as várias dimensões da atuação do auxiliar de garçom (cumim) no que se refere ao conhecimento da teoria e prática.

9.1. Matriz curricular

1 ° MÓDULO

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária por componente			Nº de aulas semanais
	Teórica	Prática	Total	
Fundamentos para o Mundo do Trabalho I				
Linguagem I	40	-	40	2
Informática I	20	20	40	2
Raciocínio Lógico Matemático I	40	-	40	2
Ambiente, Trabalho e Cidadania I	40	-	40	2
Atividades de enriquecimento teórico e prático de cumim ²⁰ I	20	60	80	4
Noções Básicas de auxiliar cumim	40	120	160	8
TOTAL			400	20

2 ° MÓDULO

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária por componente			Nº de aulas semanais
	Teórica	Prática	Total	
Fundamentos para o Mundo do Trabalho II				
Linguagem II	40	-	40	2
Informática II	20	20	40	2
Raciocínio Lógico Matemático I	40	-	40	2

²⁰ Atividades de enriquecimento teórico e prático de cumim é a implementação de noções teóricas e práticas de dinâmicas totalmente direcionadas para a práxis laboral.

Ambiente, Trabalho e Cidadania II	40	-	40	2
Atividades de enriquecimento teórico e prático de cumim ²¹ II	20	60	80	4
Noções Básicas de auxiliar cumim	40	120	160	8
TOTAL			400	20

Conteúdo programático

FUNDAMENTOS PARA O MUNDO DO TRABALHO I			
ESTAÇÕES DE TRABALHO I — Módulos I, II e III			
Unidade Curricular	Noções básicas de auxiliar de garçom - cumim		
Período Letivo	1º, 2º e 3º	Carga horária	480 h
Ementa			
Identificação dos elementos e processos que dimensionam a profissão, por meio de fundamentos teóricos e práticos. Análise da origem e evolução do Turismo e da Hotelaria no mundo. Estudo da caracterização, classificação e tipologia do Turismo, bem como análise do Sistema Turístico – SISTUR e de seus componentes.			
Objetivos			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos básicos sobre o profissional auxiliar de garçom (cumim), 2. Compreender a atividade do auxiliar de garçom (cumim) no ramo da hotelaria e hospitalidade; 3. Analisar as atitudes deste profissional no contexto do turismo e na hotelaria. 4. Conhecer as áreas operacionais da estrutura do ambiente de trabalho. 5. Conhecer os princípios básicos para reconhecimento das atividades exercidas pela profissão em restaurantes, bares e similares. 6. Dar possibilidades a partir da capacitação teórica e prática do aluno atuar na área com os conhecimentos básicos adquiridos. 			
Conteúdo			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver habilidades e técnicas adequadas ao serviço de sala e bar. 2. Conceitos de Higiene Pessoal. 3. Higienização e arrumação da sala, equipamentos e utensílios. 4. Técnicas dos diferentes serviços de sala e reconhecimento do tipo de material a ser utilizado em cada tipo de refeição. 5. Serviço de bebidas e Materiais de trabalho. 6. Situações especiais: Cardápio e montagem da miseem(en)place. 			

²¹ **Atividades de enriquecimento teórico e prático de cumim** é a implementação de noções teóricas e práticas de dinâmicas totalmente direcionadas para a práxis laboral.

ESTAÇÕES DE TRABALHO I — Módulo III			
Unidade Curricular	Perfil do auxiliar de garçom - Cumim		
	Técnicas e manuseio da instrumentação		
Período Letivo	3º	Carga horária	80 h
Ementa			
O aluno auxiliar de garçom (cumim) na execução das seguintes atividades: montar e desmontar mesas, balcões e bares; organizar e conferir utensílios de cozinha; conferir e controlar a limpeza e higiene; manter segurança do local de trabalho.			
Objetivo			
1. Qualificar os alunos a exercerem a função de auxiliar de garçom/garçonete – cumim, no mercado de trabalho.			
Conteúdo			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Noções de boas práticas para serviço de alimentação. 2. Limpeza e arrumação de mobílias e utensílios do salão. 3. Noções de Segurança do Trabalho. 4. Tipos de Serviços de Restaurante. 5. Postura e Ética Profissional. 6. Técnicas de atendimento ao cliente. 7. Montagem e desmontagem de Buffet. 8. Treinamento Supervisionado. 			
Referências Bibliográficas			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALGRANTI, M. Pequeno dicionário da gula. Rio de Janeiro : Record, 2000. 2. BARRETO, R. L. P.. Passaporte para o sabor: tecnologias para a elaboração de cardápios . São Paulo : Editora SENAC São Paulo, 2000. 3. CASSONE, L. Manual Internacional de Barman e Boas maneiras. São Paulo: editora Global, 1989. 4. COMENSORO, M. L. Pequeno dicionário de gastronomia. Rio de Janeiro: Objetiva. 5. DAVIES, C. A. Alimentos & Bebidas. São Paulo: Editora EDUCS, 1999. 6. DAYAN, E. L. Restaurante : técnica de serviço. Caxias do Sul: Editora EDUCS, 1990. 7. FREUND, T. Técnicas de alimentos e bebidas . Rio de Janeiro :Infobook, 2000. 8. JEOLÁS, R. R. S.. O negócio em alimentos e bebidas . São Paulo: Editora PontoCrítico, 1998. 9. Manual do bar . São Paulo : editora SENAC São Paulo, 1996. Manual do restaurante: técnicas e tecnologia de serviço. São Paulo : Editora SENAC São Paulo, 1989. Planejamento e organização de buffet. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1996. Manual de serviço de garçom . São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1996. 10. MARICATO, P. Como montar e administrar bares e restaurantes. 1 ed. . São Paulo: TQC, 1997. 11. SENAC Nacional. Manual do Maitre, 2000. 12. TEICHMANN, I. M. Cardápios- técnicas e criatividade 5 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2000. 13. VIERA, E. - CANDIDO, Í..Barman .Canoas: Ed. Ulbra, 1996. Garçom . Canoas: 			

ESTAÇÕES DE TRABALHO II — Módulo IV			
Unidade Curricular	Desenvolvimento de Projeto		
Período Letivo	4º	Carga horária	40 h
Ementa			
Elaboração de um projeto visando formalizar o registro de conhecimentos e competências adquiridas pelos alunos, articulando a teoria com a prática; serão apresentadas experiências concretas desenvolvidas pelos alunos. Os projetos serão construídos pelo instrutor e discutidos com o conjunto dos alunos. Cada discente deverá, a partir dos conteúdos ministrados no curso, atuar no projeto desenvolvendo o seu processo de formação profissional.			
Objetivos			
Eleger procedimentos que contribuirão para facilitar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Visa atender melhor às necessidades do aluno.			
Conteúdos			
Teóricos e práticos.			
Referências Bibliográficas			
<ol style="list-style-type: none"> 1. DAYAN, E. L. Restaurante : técnica de serviço . Caxias do Sul : Editora EDUCS. 2. Manual do bar . São Paulo : editora SENAC São Paulo, 1996. 3. Manual do restaurante: técnicas e tecnologia de serviço. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1989. 4. Manual de serviço de garçom. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1996. 5. Manual do Maitre. SENAC Nacional, 2000. 6. TEICHMANN, I. M. Cardápios- técnicas e criatividade 5ed. Caxias do Sul : EDUCS, 2000 7. VIERA, E. - CANDIDO, Í..BarmaneGarçom . Canoas: Ed. Ulbra, 1996. 8. BARBOSA, E. F., Gontijo, A. F., Santos, F. F. (2004) Inovações Pedagógicas em Educação Profissional: uma experiência de utilização do método de projetos na formação de competências. Boletim Técnico do Senac, v.30, n. 2, maio-agosto/2004. 9. FREIRE, Paulo (2002) Pedagogia da Autonomia. São Paulo, Paz e Terra, 2002. 10. FREITAS, F. M. (2003) As dimensões da Teoria e da Prática na formação de profissionais da Administração: Contribuições da Metodologia de Projetos à luz do Pensamento Complexo. Dissertação de mestrado, CEFET-MG, Belo Horizonte, 2003. 11. GADOTTI, M. (1994) História das idéias pedagógicas. 2a.ed. São Paulo: Ática, 1994. 12. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. A (1998) Organização do currículo por projetos de trabalho; o conhecimento é um caleidoscópio. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. 5.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 13. HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação; os projetos de trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 			

ESTAÇÕES DE TRABALHO VI, V E VI			
Unidade Curricular	Vivência Laboral		
Período Letivo	4º, 5º e 6º	Carga horária	200 h
Ementa			
Vivenciar situações reais de trabalho em diferentes contextos pertinentes ao curso, em diversas empresas e instituições para que mantenha contato com sua atividade laboral, considerando a relevância de observação in loco da prática, por alunos com deficiência intelectual.			
Objetivos			
1. Proporcionar aos alunos a observação de vivência profissional fora do seu ambiente escolar. 2. Reconhecer diferentes ambientes de trabalho.			
Conteúdos			
Visitação a cozinhas: Escola de Hotelaria, SEREF, Hotéis, Restaurantes, etc.			

ESTAÇÕES DE TRABALHO II, III E IV— Módulo IV, V e VI			
Unidade Curricular	Treinamento		
Período Letivo	4º, 5º e 6º	Carga horária	480 h
Ementa			
Preparação dos alunos para a execução das diversas tarefas que lhes são incumbidas dentro do mercado de trabalho, de forma eficiente e eficaz. O treinamento deve, ainda, mudar as atitudes dos discentes, aumentando sua motivação e tornando-os mais receptivos às técnicas de orientação aprendidas ao longo do curso.			
Objetivos			
Aprimorar experiências que somarão para a formação profissional do discente.			
Conteúdos			
Praticar as técnicas desenvolvidas em sala de aula em diferentes contextos no âmbito escolar.			

19.Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 – Da Finalidade e dos Princípios Básicos da Previdência Social. Disponível em: www.mec.gov.br.

BRASIL. Leis, etc. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Comentários: MARTINS, Sergio Pinto. 11ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

BRASIL. Código Brasileiro de Ocupações 2002. Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/download.asp>>. Acesso em março, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC/SEF, 1993.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Projeto Escola Viva – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educativas especiais. Brasília, 2000.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC / SEF / SEESP, 1998.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: s.l., 1994.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: **O Debate das Competências** – FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador – Brasília, 1997.

FARAH, I. M.; PAGNANELLI, N. **Somos todos iguais**. São Paulo: Menon-Edições Científicas, 1998.

FERREIRA, S. L. **Um programa sobre deficiência mental: um programa para crianças**. São Paulo: Menon-Edições Científicas, 1998.

FOGLI, Bianca Fátima Cordeiro dos Santos. **A dialética da inclusão em educação : uma possibilidade em um cenário de contradições “um estudo de caso sobre a implementação de inclusão para alunos com deficiências na rede de ensino Faetec”** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2010. (Tese de Doutorado).

Guia de estudo: Laboratório Trabalho & Formação / COPPE - UFRJ / Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 2006. (Coleção ProJovem – Arco Ocupacional)

FONSECA, T. MARCELO. **Tecnologias Gerenciais de Restaurantes**. São Paulo: Ed: SENAC 1999

FREUN, Francisco Tommy. **Alimentos e Bebidas: uma visão gerencial**; Rio de Janeiro: Ed: SENAC-2005

LÚRIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo**. São Paulo: Ícone,1990.

PORTARIA MEC nº 1005/97 – **Programa de Reforma da Educação Profissional**.

SASSAKI, R. K. **A educação inclusiva e o emprego apoiado**. In: II SEMINÁRIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Curitiba: [s.n.] 1996. 262.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. **O que os empregadores pensam do trabalho da pessoa com deficiência?** Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, V. 11, n. 2, p. 273-294, mai-ago, 2005.

WALKER, John R. **Introdução à Hospitalidade**. 2º Ed. Barueri: Manole, 2002.

7.2. ANEXO

Ementa dos cursos de Cozinha e Informática da Fundec Inclusão

EMENTA

Curso de Auxiliar de cozinha

Módulo básico

Interpretação de texto: Receitas e Músicas e outros

Cálculo Matemático: Pesos e Medidas

Padrão Monetário Simples

Saúde e Higiene: Valor dos Alimentos

Higiene na Preparação dos Alimentos

Higiene Pessoal

Higiene dos Utensílios

Cidadania: Direitos Constitucionais da Pessoa com Deficiência

Direitos da Criança e do Adolescente

Relações Interpessoais, Sociabilidade e Religiosidade:

Dinâmica

Mostra de Trabalhos

Comercialização dos Alimentos

Valores Humanos

II – Módulo Específico

Pesagem, mistura e disposição.

Preparação e decoração de pratos

Preparando festas: Massa básica para salgados

Recheio de salgados

Manuseio de massas em diversos formatos

Higienização, preparação e disposição dos
alimentos Assados e fritura

Sabor e Saúde: Preparação de diferentes tipos de sucos

Misturas e combinações

Cálculo das calorias

Aprendendo a Economizar: Preparo para vendas

Registro de pequenos negócios

Cálculos de lucros e prejuízo

EMENTA

Curso de Informática

Módulo I

Introdução ao computador e sua utilidade

Uso do mouse e do teclado

Introdução ao uso do Sistema Operacional e aplicativos (controle de janelas, arquivos e pastas, acesso aos aplicativos)

Introdução ao processador de textos e seus principais recursos (ortografia e gramática, formatações, tabelas)

Multimídia (formato digital, mídias de armazenamento, aplicativos e periféricos necessários)

Módulo II

Introdução ao editor de planilha eletrônica (uso de planilha para realizar cálculos de maneira simples)

Introdução ao apresentador de slides (uso de apresentações para expor idéias)

Internet (uso do navegador, busca, segurança na internet)

E-mail